

POVO LIVRE

Director: José Luís Moreira da Silva

Periodicidade Semanal

Registo na ERC nº 105690

Propriedade: PSD - Rua de São Caetano, nº 9 1249-087 Lisboa



José Luís
Moreira da Silva

Editorial

VOTAR NEGRÃO! VOTAR PSD! VOTAR LISBOA!

Realizam-se já neste Domingo, dia 15 de Julho, as eleições intercalares para a Câmara Municipal de Lisboa. Recorde-se, que são eleições apenas para este órgão e para completar o seu mandato em curso, até 2009. Mantêm-se os mandatos em vigor da Assembleia Municipal e das Assembleias de Freguesia.

Doze são os candidatos, pela primeira vez assumindo relevância na Capital dois candidatos independentes: Helena Roseta, que para o efeito se desvinculou do PS; e Carmona Rodrigues, ex-Presidente da Câmara independente eleito nas últimas eleições nas listas do PSD. A profusão de candidatos e a impossibilidade de obtenção de maioria absoluta, impediu qualquer coligação pré-eleitoral, pelo que a governabilidade da Câmara só se verá depois das eleições e de acordo com os resultados obtidos.

Da parte do PS, António Costa deu-nos o que se estava à espera! Apoio incondicional ao Governo e recebeu apoio incondicional do Governo! Para Costa o aeroporto sai da Cidade e vai o mais depressa para a Ota!

Novidade, só mesmo o que ficou por explicar e que foi desmascarado pelo PSD. O número dois da lista de Costa, objectivamente é um dos arquitectos com maior número de projectos na Cidade, inclusivé parece, nos terrenos do actual aeroporto da Portela. E quer ir para o pelouro do urbanismo... Percebe-se!

O seu mandatário afinal tinha sido escolhido pelo Governo há já vários meses para liderar a renovação e aproveitamento urbanístico da zona ribeirinha... Será que foi por isso que decidiu trocar o PSD pelo apoio a Costa!

É feio! Nem imagino o que seria na Câmara de Lisboa...

Estranhíssimas têm sido as sondagens...Pela primeira vez publicaram-se sondagens sem distribuição de indecisos, para artificialmente colocar Negrão atrás de Carmona!

É triste! E totalmente irreal...

E os ataques a Marques Mendes, vindos sempre dos mesmos, de tão baixos e torpes, são ridículos!

É estranha apenas a sua concordância no tempo eleitoral...

O Governo na verdade tudo tem feito para por Costa a Presidente da Câmara de Lisboa. Penso que Sócrates um dia se vai arrepender, mas agora não podia deixar de fazer o que tem feito.

Escusava era de usar o Estado para fins eleitorais, como parece demasiado que aconteceu.

Os Lisboetas têm de responder democraticamente da única forma possível: Votando em Negrão; Votando PSD; Votando por Lisboa!

Jantar do 33º aniversário da JSD



Marques Mendes afirma: «Apenas Negrão pode assegurar condições de estabilidade e governabilidade»

Destaques:

Marques Mendes mantém acusações a Sócrates, de “intentar um projecto de poder pessoal”

Pag. 2 e seguintes

Miguel Macedo na posse do Conselho Estratégico do PSD da Guarda

Leia em “Actividades do PSD”

A campanha passo a passo – as actividades de Fernando Negrão

Leia em: Eleições em Lisboa

Marques Mendes, em Paredes mantém acusações a Sócrates de intentar um projecto de “ poder pessoal”

O presidente do PSD, Luís Marques Mendes, voltou a acusar o Governo de actuar com “intolerância” e de exercer “perseguição política” na administração pública.

Citando os exemplos do professor da Direcção Regional de Educação do Norte (DREN), da directora do centro de saúde de Vieira do Minho ou do director do Hospital de S. João da Madeira, o líder do PSD salientou que “não pode continuar este clima de intolerância e autoritarismo”.

Marques Mendes falava em Paredes, no encerramento da Universidade do Poder Local, iniciativa do PSD e da JSD que juntou cerca de meia centena de jovens de várias regiões do país.

“O Estado é de todos. O Estado não é uma coutada nem propriedade privada do Partido Socialista”, lembrou o dirigente social-democrata.

Marques Mendes reconheceu que todos os governos e todos partidos têm pecados de controlo do poder, mas situações como as que têm vindo a público ultimamente “não é hábito



anos. A democracia não se fez para coisas deste género”, disse.

O líder do PSD apelou ainda a um “alguém” para por ordem nestas situações, sem explicitar se o apelo era dirigido ao primeiro-ministro José Sócrates ou mesmo ao Presidente da República Cavaco Silva.

elogios ao autarca de Paredes, Celso Ferreira, ao organizador do evento, Carlos Coelho, e ao líder da Distrital do Porto, Agostinho Branquinho, ainda desejou que a Presidência Portuguesa da União Europeia, que hoje se iniciou, “corra bem” ao Governo.

“O Governo sabe que pode contar com o PSD. Queremos uma presidência digna, eficaz e com resultados. Não faremos desta questão nenhuma querela partidária”, concluiu o líder do PSD.

No jantar do 33º aniversário da JSD, Marques Mendes afirmou que só Negrão pode assegurar “condições de estabilidade” e “governabilidade”

O líder do PSD, Luís Marques Mendes, defendeu sábado à noite que apenas o candidato social-democrata à Câmara de Lisboa pode assegurar “condições de estabilidade” e “governabilidade” na autarquia, porque o partido tem maioria na Assembleia Municipal.

“Só um presidente eleito para a Câmara Municipal pelo PSD pode assegurar as melhores condições de estabilidade, tranquilidade e governabilidade”, afirmou Marques Mendes, no jantar do 33º aniversário da JSD, que decorreu em Lisboa e contou também com a presença do candidato do partido às eleições para a autarquia da capital, Fernando Negrão.

Recordando que a Assembleia Municipal é de maioria PSD e que a “esmagadora maioria” dos presidentes de Juntas de Freguesia são também

sociais-democratas, Marques Mendes considerou que apenas Fernando Negrão tem condições para ter com eles uma relação de harmonia.

“Só Fernando Negrão para ter harmonia com uma Assembleia Municipal de maioria PSD e a maioria dos presidentes das Juntas de Freguesia. E esta é mais uma boa razão para votar maioritariamente no PSD”, sublinhou, criticando os adversários do candidato social-democrata que “estão muito preocupados com coligações”, mas que “quase chamam nomes uns aos outros”.

“Lisboa precisa de tranquilidade”, insistiu.

A uma semana das intercalares para a Câmara de Lisboa, Marques Mendes voltou a bipolarizar as eleições, insistindo que “ou ganha Fernando Negrão ou o candidato do Governo”, numa referência ao socialista António Costa.

O “candidato do Governo” que, segundo Marques Mendes, “será o voto certo para aqueles que querem ter mais Governo e que os maus exemplos do país sejam levados para a Câmara de Lisboa”.

A “colagem” entre o candidato socialista e o Governo foi, aliás, uma constante no discurso do líder do PSD, que por mais de uma vez lembrou que António Costa era até pouco tempo o “número dois” do Executivo.

“O número dois do Governo, responsável pelo aumento do desemprego, pelo clima de intolerância na administração pública, não pode conduzir os destinos da Câmara Municipal de Lisboa”, reiterou, recuperando as acusações ao executivo de maioria socialista de ser responsável por um “ambiente de ofensa à liberdade”.

“É um Governo que na administração pública intimida, cria um ambiente de medo. Quem tem uma piada tem um processo disciplinar, é perseguido”, acusou.

Contrariando todas as sondagens até agora realizadas, e que apontam o candidato do PS como o vencedor das eleições marcadas para 15 de Julho, Marques Mendes assegurou ainda que está “tudo em aberto”.

“Ainda falta uma semana”, lembrou, apontando novamente a escolha que os eleitores de Lisboa terão de fazer: «Ou votam em Fernando Negrão, o candidato da liberdade, ou optam por António Costa, o candidato que tem ajudado a semear a intolerância», disse o líder social-democrata. - Fontes: Lusa, DN, RDP



acontecer em Portugal”.

“Temos de reconhecer que actuações deste género de intolerância, de saneamento e de perseguição política nem sequer eram habituais acontecer em governos do Partido Socialista”, afirmou.

“É típico deste governo socialista, que por falta de resultados tende a exercer o autoritarismo”, acrescentou.

Marques Mendes focou especialmente o caso do director do Hospital de S. João da Madeira “que foi demitido por ter criticado o fecho das urgências e emitido opinião diferente do Governo”.

“Já não via coisas destas há 30

“Enquanto não surge alguém que ponha ordem, que ponha cobro a esta situação, a nossa palavra não se cala”, afirmou.

Marques Mendes garantiu que o PSD “manterá firmeza na denúncia” e que “se o Governo pensa alguma vez que nos vai condicionar, desengane-se, se pensa que nos vai intimidar, desiluda-se”.

“Aprendemos com Sá Carneiro a ter coragem cívica”, considerou Marques Mendes que, na sua intervenção em Paredes, ainda criticou o Governo por “continuar a agredir e a perseguir o Poder Local”.

Marques Mendes, por entre



No Distrito da Guarda

PSD vai elaborar «Livro Branco» sobre os problemas da região e Miguel Macedo defende abertura dos partidos a novos quadros



O PSD da Guarda vai elaborar um “livro branco” que fará o diagnóstico dos problemas da região e apontará sugestões para o futuro, anunciou hoje Álvaro Amaro, presidente da Comissão Política Distrital local.

O dirigente que falava na cerimónia de tomada de posse do Conselho Estratégico do PSD, composto por 15 personalidades do Distrito, sem filiação partidária, referiu que o grupo irá desenvolver o “livro branco da Guarda” que abrangerá o Distrito mas terá “particular enfoque no Concelho da Guarda”.

Segundo Álvaro Amaro, trata-se de um projecto “que sintetize o diagnóstico e possa apontar algumas sugestões que, depois, os poderes político-partidários podem tomar como suas”.

“No início do segundo trimestre do próximo ano, estaremos a discutir com a sociedade da Guarda o ‘livro branco’ da Guarda”, garantiu o dirigente social-democrata, na cerimónia presidida por Miguel Macedo, secretário-geral do partido.

Sobre o Conselho Estratégico que tomou posse, o líder do PSD/Guarda afirmou que os seus elementos darão “uma ajuda desinteressada e livre”,



assinando que “ninguém se vincula a ninguém, a nenhum conjunto de ideias político-partidárias”.

“O que cada um se disponibilizou, foi para que, de uma forma informal, duas a três vezes por ano, possamos encontrar-nos e definir aquilo que podem ser vectores importantes de uma estratégia para o Distrito”, explicou.

Para Álvaro Amaro, com a criação deste órgão de âmbito distrital, o PSD está “a dar um passo importante para podermos juntar vozes em torno de causas comuns”.

“A Guarda tem capacidade, qualidade e potencialidades para ter causas comuns, que vão poder mobilizar as pessoas, que hão-de ter origem em pensamentos livres, sejam eles mais à esquerda ou mais à direita”, garantiu o dirigente social-democrata.

“No PSD, estamos a tentar, pela primeira vez em muitos anos, conjugar competitividade com conhecimento e conhecimento com competitividade”, afirmou.

Miguel Macedo defende abertura dos partidos a novos quadros

O secretário-geral do PSD, Miguel Macedo, admitiu na Guarda que os partidos devem atrair «inteligência» e «novos quadros», de forma a serem

dadas respostas aos novos problemas que surgiram na sociedade portuguesa. «Nos últimos 15 anos, no nosso partido e nos outros, perdeu-se a capacidade de atrair inteligência e de atrair informação, novos quadros, designadamente na área universitária para integrar “fora” que permitam fazer uma discussão aberta sobre novos problemas que surgiram na sociedade portuguesa e novas soluções», afirmou Miguel Macedo.

Miguel Macedo, que falava na cerimónia de tomada de enquadramento deste tipo de actividades, de posse do Conselho Estratégico do PSD da Guarda,



quarta-feira, manifestou que, com o avanço das tecnologias, emergiram novas questões, por exemplo na biologia e na bioética, áreas onde é necessário dar respostas eficazes

Miguel Macedo considera que os Conselhos Estratégicos que estão a ser criados pelo PSD em todos os Distritos do País, formados por personalidades sem filiação partidária, são importantes porque «levam vitalidade do conhecimento para o interior do partido».

Considerou, ainda, tratar-se de uma oportunidade «de trazer para a política, uma discussão organizada, que seja feita com cabeça, tronco e membros, e a vitalidade do conhecimento».

Nesta deslocação à Guarda, Miguel Macedo inaugurou também a nova sede distrital do PSD, localizada no centro da cidade.

Assaltada a sede da Distrital do Porto

A sede do PSD/Porto foi assaltada no dia 2, tendo sido roubado o computador portátil em que se encontram todas as bases de dados do partido, disse à Lusa o líder da distrital social-democrata, Agostinho Branquinho.

O assalto foi detectado cerca das 08:30 pelo funcionário que habitualmente procede à abertura da

sede partidária, tendo ainda sido “notados ruídos eventualmente de pessoas a fugir” do edifício situado na Rua Guerra Junqueiro.

Agostinho Branquinho manifestou a sua “perplexidade” pelo facto de o alvo do assalto ter sido o computador onde se encontravam todas as bases de dados do PSD/Porto, designadamente relativas a militantes, autarcas, dirigentes e toda a gestão financeira da estrutura.

Em diversas salas da sede encontram-se computadores, televisores LCD, scanners e outros equipamentos técnicos, referiu.

Agostinho Branquinho, criticou a polícia por ter demorado sete horas a iniciar a investigação do assalto à sede do partido.

O dirigente social-democrata classificou de “estranha” esta atitude da PSP, sobretudo por se tratar de um crime público, uma vez que o visado é um partido político.

“Não é normal, não deve ser normal num país democrático que o principal partido da oposição seja assaltado - na sua segunda sede - e demore largas horas até que cheguem as equipas periciais para uma análise mais cuidada dos vestígios do assalto”, disse à Lusa Agostinho Branquinho.

O dirigente assegurou que a



comunicação às forças policiais foi feita às 09:00 e as equipas de peritos só chegaram à sede do partido, na Rua Guerra Junqueiro, às 16:00, isto é, sete horas depois de comunicado o assalto.

“O assalto desta manhã deixa-me a maior das perplexidades. Com tanto equipamento, que nós sabemos que é fácil de transaccionar, e outros computadores até semelhantes, só levaram o que tinha os dados do partido. O que posso dizer é que o assalto deixa-me muitas perplexidades”, afirmou.

Segundo o dirigente do PSD, o atraso da polícia “não contribui para que estas perplexidades desapareçam”.

Apesar do atraso, o líder do PSD/Porto afirmou à Lusa confiar na investigação da polícia.

“Acho que as autoridades policiais devem investigar, do meu ponto de vista devem ser mais diligentes, de certeza que aquelas largas horas não ajudaram”, afirmou.

“A informação - base de dados de militantes, autarcas, dirigentes e também a gestão financeira da Distrital do Porto - parcialmente nós podemos recuperar, eu diria que 90 e poucos por cento daquela informação nós podemos recuperá-la. Temos aquilo a que tecnicamente se chama o “backup”, garantiu.

Agostinho Branquinho mostrou-se, no entanto, “preocupado” por ter sido levado um computador que continha “informação qualificada, que estava a ser devidamente tratada”.

“Espero que as autoridades nos ajudem em tempo razoável a resolver esta questão, que é preocupante e é grave, porque trata-se do principal partido da oposição e de um assalto que deixa muitas perplexidades”, concluiu.

**Mais um caso de “asfixia democrática”!!!
Voltamos ao tempo dos “bufos” e da Pide!**

O PSD prometeu também “exigir responsabilidades” sobre a exoneração da directora de um Centro de Saúde por não ter retirado um cartaz com declarações do ministro da Saúde “em termos jocosos”, considerando que é mais um caso de “asfixia democrática”.

“Vamos tentar esclarecer melhor o caso, mas não deixaremos de interpelar o ministro da Saúde sobre esta situação, exigindo responsabilidades. Este não é um caso isolado, é mais um caso que demonstra o clima de asfixia democrática”, afirmou à Lusa o vice-presidente da bancada parlamentar do PSD Pedro Duarte.

A directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho, Maria Celeste Cardoso, foi exonerada pelo ministro da Saúde por não ter retirado um cartaz das instalações do centro contendo declarações de Correia de Campos “em termos jocosos”.

O despacho de exoneração da licenciada Maria Celeste Vilela Fernandes Cardoso foi publicado quinta-feira em Diário da República, cuja cópia foi fornecida à agência Lusa por deputados socialistas que se manifestaram “incomodados com a situação”.

Recordando que o PSD tem reiteradamente denunciado o “clima de asfixia democrática” existente, Pedro Duarte considerou que a exoneração de Maria Celeste Cardoso demonstra que “esse clima está a alastrar-se a toda a administração pública”.

“E não há da parte dos maiores responsáveis uma posição de rejeição desta situação”, sublinhou, considerando, mesmo, que o Governo “tem promovido” este “clima de asfixia democrática”.

“Estamos muito preocupados, porque estas situações interferem com



os pilares democráticos”, acrescentou o vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata.

No despacho de exoneração de Maria Celeste Cardoso pode ler-se o seguinte: “Pelo despacho (...) do Ministro da Saúde, de 05 de Janeiro, foi exonerada do cargo de directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho a licenciada Maria Celeste Vilela Fernandes Cardoso, com efeitos à data do despacho, por não ter tomado medidas relativas à afixação, nas instalações daquele Centro de Saúde, de um cartaz que utilizava declarações do Ministro da Saúde em termos jocosos, procurando atingi-lo”.

Perante este caso, considera-se demonstrado a situação de Maria Celeste Cardoso “não reunir as condições para garantir a observação das orientações superiormente fixadas para a prossecução e implementação das políticas desenvolvidas pelo Ministério da Saúde”. O despacho está datado de 01 de Junho.

PSD requer audição parlamentar dos ex-directores do Centro de Saúde de Vieira do Minho e do Hospital de S. João da Madeira

O PSD requereu a audição parlamentar da ex-directora do centro de saúde de Vieira do Minho e do ex-director do Hospital de S. João da Madeira para darem “a sua versão” dos factos que levaram ao seu “saneamento político”.

“Queremos ouvir os factos concretos pela própria voz das vítimas”, justificou a deputada do PSD Regina Bastos, em declarações aos jornalistas no Parlamento.

No requerimento agora entregue à presidente da comissão parlamentar de Saúde, a socialista Maria de Belém Roseira, o PSD recorda os casos que levaram ao afastamento da antiga directora do centro de Saúde de Vieira do Minho, Maria Celeste Cardoso, e do ex-director do Hospital de São João da Madeira, Fernando Portal, considerando que se trata de “dois casos de perseguição política” por parte do ministro da Saúde.

“Em Vieira do Minho, um médico afixou, no centro de saúde, uma fotocópia de uma entrevista pública do ministro na qual este afirmara: ‘nunca vou a um SAP, nem nunca irei’”, lê-se no requerimento.

Perante este episódio, é ainda referido no requerimento, “o ministro acarinhando uma ignóbil delação resolveu exonerar a directora do centro de saúde”, argumentando que a responsável demonstrou “incapacidade para o exercício do cargo ao não impedir que uma sala de espera fosse utilizada como um local para batalha política” e “violou o dever de lealdade e isenção política”.

“Devemos dar à ex-directora do



centro de saúde a oportunidade para refutar as acusações do ministro Correia de Campos e explicar detalhadamente quais foram os seus pecados para a decisão de saneamento”, salientou a deputada social-democrata.

Relativamente ao pedido de audição do antigo director do Hospital de São João da Madeira, Regina Bastos disse que o objectivo é ouvir Fernando Portela falar sobre “as razões porque foi demitido”, por quem e quais as razões evocadas para a sua não recondução no cargo”.

No requerimento, o PSD lembra que Fernando Portal foi afastado da direcção do Hospital de São João da Madeira “pelo ‘crime’ de manifestar a sua opinião crítica sobre o encerramento do serviço nele existente”.

Regina Bastos disse ainda esperar que o PS “não repita as atitudes de autocracia e silenciamento destes casos” e viabilize a audição de Maria Celeste Cardoso e Fernando Portal.

“Se não viabilizar, é mais uma prova da intolerância e do espírito autoritário deste Governo e da maioria socialista”, acrescentou.

A deputada do PSD revelou ainda ter conhecimento de “outros casos de saneamento político de pessoas que tinham resultados irrepreensíveis” e a quem a justificação apresentada para o seu afastamento foi “falta de confiança política”.

Regina Bastos escusou-se, contudo, a revelar a que casos se estava a referir, argumentando que as pessoas em causa não autorizaram a sua divulgação.

“Mas, o saneamento por razões políticas tem vindo a acontecer há muito tempo”, assegurou.

PSD congratula-se com o ‘chumbo’ do Tribunal

Constitucional ao regime de incompatibilidades decidido em Lisboa

O PSD congratulou-se com ‘chumbo’ do Tribunal Constitucional ao regime de incompatibilidades, definido na Lei que estendia tal regime, em vigor no Parlamento de Lisboa, aos deputados regionais dos Açores e da Madeira, reiterando o carácter “grosseiramente inconstitucional” do diploma.

“Era uma decisão esperada”, afirmou o vice-presidente da bancada social-democrata Montalvão Machado, considerando que a decisão do TC significa que os juizes conselheiros compreenderam que o diploma, aprovado no Parlamento com os votos contra do PSD e do CDS-PP, “é manifesta e mais do que grosseiramente inconstitucional”.

Montalvão Machado, que falava aos jornalistas no Parlamento, recordou ainda que durante a discussão do diploma na Assembleia da República alertou o PS para a sua inconstitucionalidade, antevendo que “o resultado só podia ser este”.

O vice-presidente da bancada parlamentar do PSD disse ainda esperar que, com esta decisão do Tribunal Constitucional, o Governo e a maioria socialista “abandonem a atitude persecutória contra a Madeira e a autonomia” das regiões autónomas.

“Espero que, de futuro, a atitude do PS esteja em consonância com a decisão do TC”, acrescentou.

A lei que estende o regime de incompatibilidades aos deputados regionais dos Açores e da Madeira, foi declarada inconstitucional, em resposta a um pedido de fiscalização do Presidente da República.

O diploma tinha sido remetido por

Cavaco Silva para o TC a 11 de Junho, que invocou “fundadas dúvidas quanto à constitucionalidade” da lei, contestada pelo PSD/Madeira, por poder violar o Estatuto Político-Administrativo das Regiões Autónomas.

A lei foi aprovada a 17 de Maio, na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda e PEV, numa votação marcada pela ausência dos parlamentares socialistas eleitos pelas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

A decisão do TC foi tomada com a aprovação da esmagadora dos seus juizes conselheiros (11), tendo contado com o voto contra de Ana Guerra Martins.

A lei será agora devolvida à Assembleia da República para, se o entender, a expurgar das inconstitucionalidades.

Dúvidas sobre o novo modelo de financiamento da rede rodoviária

O PSD e o CDS-PP querem que a Comissão de Orçamento e Finanças ouça o Instituto Nacional de Estatística e o Banco de Portugal sobre o novo modelo de financiamento da rede rodoviária a cargo das Estradas de Portugal.

Durante a reunião de hoje dos deputados desta comissão especializada, o social-democrata Miguel Frasquilho e o deputado do CDS-PP Diogo Feio defenderam que os representantes do INE e do Banco de Portugal devem ser ouvidos sobre a proposta de financiamento do Governo de criação de uma contribuição rodoviária que irá financiar a rede rodoviária nacional da Estradas de Portugal.

Em causa está uma contribuição que será paga pelos consumidores de combustíveis, que será de 6,4 cêntimos por cada litro de gasolina e de 8,6 cêntimos por cada litro de gasóleo.

Além desta forma de financiamento da rede de estradas, em causa está também o facto de o Governo se propor transformar a Estradas de Portugal - Empresa Pública Empresarial, em sociedade anónima, abrindo-a a capitais privados e retirando-a da esfera de consolidação orçamental, segundo o primeiro-ministro.

As implicações orçamentais desta alteração ainda não foram explicadas pelo Executivo.

No entanto, realizou-se a ida dos ministros das Obras Públicas e das Finanças à Comissão de Obras Públicas, a 10 de Julho, depois do debate na generalidade em plenário, que ocorreu na sexta-feira.

Depois de aprovada na generalidade, a proposta de lei desce à especialidade e será votada em votação final global a 19 de Julho.

Fontes: PL, Gab. Imp. PSD e Lusa

Mais apoio para as instituições que trabalham com deficientes

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa, Fernando Negrão, considera fundamental que o município apoie as instituições que trabalham com deficientes, nomeadamente através da cedência de espaços.

Fernando Negrão, que efectuou uma visita à Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental, na freguesia de São João, aproveitou o exemplo dessa instituição, que conheceu quando foi ministro da Segurança Social, para apelar a um maior envolvimento das Juntas de Freguesia neste sector.

«É mais um exemplo do que deve ser a política de descentralização de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia», sublinhou Negrão.

A Associação de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental apoia actualmente cerca de 80 deficientes com mais de 18 anos e tem, nas suas instalações, uma parte de residência, ocupada por 14 deficientes.

Um dia dedicado ao contacto com a população de diversas freguesias

Fernando Negrão dedicou o dia de sábado ao contacto com as populações de diversas freguesias da cidade.

De manhã, Fernando Negrão visitou a Feira da Ladra (freguesia da Sé) e o mercado dos Olivais, onde cumprimentou feirantes e compradores, recebendo queixas sobre o nível de vida e o rendimento social.

Seguiu depois para a zona de Telheiras, e, à tarde, contactou com os eleitores do Bairro Quinta do Ourives (Beato), Bairro Padre António Cruz (Camide) e Belém.

Fernando Negrão agradeceu a simpatia e a receptividade com que

foi recebido nos locais por onde passou, manifestando determinação em resolver os «problemas graves que necessitam de ser resolvidos» na capital.

Negrão pede demissão do presidente da GEBALIS e anuncia queixa à CNE

O candidato do PSD à Câmara de Lisboa entende que o presidente da GEBALIS deve demitir-se. Fernando Negrão considera «inadmissível usar o dinheiro público para financiar uma campanha eleitoral».

Recorde-se que a edição de domingo do “Público” revela que a empresa municipal GEBALIS, que gere os bairros sociais da câmara, fez propaganda de um concerto do cantor Toy, autor do hino de campanha e apoiante de Carmona Rodrigues.



Sessão de encerramento da campanha eleitoral

Na próxima sexta-feira, 13 de Julho, realiza-se a sessão de encerramento da campanha eleitoral para a Câmara Municipal de Lisboa. A sessão terá lugar no Parque Mayer, pelas 19h30.

Podem inscrever-se pelos telefones da sede candidatura (217995290), da Distrital do PSD de Lisboa (213642700); ou pelo email rel.publicas@fernandonegrao.net.

Fernando Negrão quer ordem e organização no urbanismo

Numa manhã dedicada ao “Roteiro do Urbanismo”, que começou na Avenida da República e terminou no Jardim da Estrela, Fernando Negrão foi alertando para vários problemas que afectam a cidade.

O candidato social-democrata à Câmara de Lisboa considera que «o sector do urbanismo é fundamental» para a cidade.

Fernando Negrão lamentou a ausência de um plano de urbanização para a zona oriental da capital e a confusão do Cais do Sodré, onde os utentes da CP, do metro e dos barcos da Transtejo são obrigados a atravessar um autêntico estaleiro de obras.

Fernando Negrão defende ainda a criação de regulamentos municipais «que obriguem a respeitar a traça dos bairros», para não descaracterizar as zonas mais antigas da cidade.

– Gab. Imp. PSD



Por «revelar a utilização de funções e de dinheiros públicos em benefício de interesses particulares

[...] contrários aos mais elementares princípios e valores da Democracia e de um Estado de Direito», tal facto originará uma queixa, que a candidatura do PSD irá apresentar à Comissão Nacional de Eleições (CNE).

Ainda de acordo com o jornal “Público”, do panfleto, com uma fotografia a cores do cantor Toy, consta a seguinte mensagem: «A GEBALIS, EM convida os moradores dos bairros dos Alfinetes, Salgadas, Marquês de Abrantes, Quinta do Chalé, Condado, Ourives para assistir ao concerto do Toy».

O cabeça-de-lista do PSD à Câmara Municipal lamenta que a GEBALIS se tenha transformado numa empresa «vacionada para financiar campanhas eleitorais».





Intervenção sobre a fixação do limite máximo de idade para o exercício de funções dos pilotos comandantes e co-pilotos de aeronaves

Deputado Arménio Santos
Assembleia da República, 6 de Julho de 2007

(...)

Com este pedido de autorização legislativa, o Governo pretende alterar, dos actuais 60 para 65 anos, os limites da idade de exercício de funções dos pilotos comandantes e co-pilotos.

O Governo sustenta a sua Proposta em estudos feitos por vários países e recomendações de Organizações Internacionais responsáveis pela Aviação Civil, designadamente a ICAO.

No entanto, a ICAO – Organização Internacional da Aviação Civil, ao permitir que os pilotos possam trabalhar até aos 65 anos, impõe duas condições:

- **Médicas**, que passam por exames médicos adicionais aos pilotos situados na faixa etária entre os 60 e os 65 anos;

- **Operacionais**, exigindo que o piloto que atinja os 60 anos só possa voar integrado em tripulações múltiplas e desde que o outro piloto tenha idade inferior a 60 anos.

Percebe-se o alcance destes cuidados, tendo em conta os riscos que podem decorrer, para a segurança dos passageiros e aeronaves, se surgir qualquer situação que condicione a plenitude das capacidades físicas, técnicas e psíquicas dos pilotos.

Refira-se que, formalmente,



aquelas exigências da ICAO estão reflectidas no Projecto de Lei que o Governo anexa ao seu pedido de autorização legislativa.

Também registamos a criação de uma Comissão de Acompanhamento – composta por representantes das principais entidades do sector – para acompanhar e avaliar o impacto do alargamento do limite de idade dos pilotos abrangidos pelo referido diploma, esperando-se que essa Comissão cumpra de facto a sua missão e não fique apenas pelo papel.

Mas falta uma peça que reputamos de fundamental para

podermos avaliar devidamente esta iniciativa do Governo.

Refiro-me às respostas que no quadro do regime geral da Segurança Social vão ser dadas, ou não, a estes profissionais nesta nova situação.

Importa saber, por exemplo, se razões ponderosas os obrigarem a cessar a sua actividade antes dos 65 anos, se vão beneficiar da sua pensão normal ou se, pelo contrário, vão ser penalizados e em que termos.

É que, se o regime geral da Segurança Social for aplicado de forma simplista a estes profissionais, a necessidade de evitar pesadas

penalizações na pensão pode levar a prolongar a actividade em condições de risco para a segurança.

E o factor segurança é o bem mais precioso do transporte aéreo.

Por isso, Senhor Presidente, é necessário que o Governo tenha sensibilidade para este problema e que em diálogo construtivo com os representantes dos pilotos – SPAC e a Associação Portuguesa de Pilotos de Linha Aérea – encontre os termos adequados e justos para o diploma que tem de regular as condições de acesso à pensão de invalidez e de velhice dos pilotos comandantes e co-pilotos.

O PSD vai dar o seu apoio a esta proposta do Governo.

Mas esperamos que o diploma complementar, respeitante à Segurança Social, não seja afectado pelos tiques de autoritarismo que têm caracterizado o Governo e que, pelo contrário, seja participado pelas Organizações dos Pilotos e seja conduzido com bom senso e sentido de responsabilidade.

(...)

AGENDA PARLAMENTAR

QUARTA-FEIRA, DIA 11 DE JULHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de urgência, potestativo, requerido pelo GPBE
(Sobre a Política de Transportes nas Áreas Metropolitanas)

Proposta de Lei n.º 150/X (GOV)
(Aprova a Lei relativa à implementação da Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, Produção, Armazenagem e Utilização de Armas Químicas e sobre a sua Destruição)

Petição n.º 78/IX/2.ª (José Manuel de Oliveira Lirio de Carvalho e outros) Contributos para a revisão do Decreto n.º 73/73, de 28 de Fevereiro.
Petição n.º 142/X/1.ª (José Domingos Silva Ferro e outros)
Reforço de médicos e dos cuidados de saúde primários do Concelho de Santiago do Cacém

QUINTA-FEIRA, DIA 12 DE JULHO DE 2007, 15:00H
PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Debate de urgência requerido pelo GPPC
(Sobre os Direitos dos trabalhadores e as perspectivas do Governo em matéria de Legislação Laboral)

Projecto de Resolução n.º 198/X (PSD)
(Promoção do Baixo Mondego)
Proposta de Lei n.º 141/X (GOV)
(Transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Directiva n.º 2004/48/CE,

do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004, relativa ao respeito dos Direitos de Propriedade Intelectual, alterando o Código da Propriedade Industrial, o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos e o Decreto-Lei n.º 332/97, de 27 de Novembro)

Relatório e Contas de Gerência da Assembleia da República de 2006.

Votações às 18:00h

SEXTA-FEIRA, DIA 13 DE JULHO DE 2007, 10:00H
PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Proposta de Lei n.º 147/X (GOV)
(Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/72/CE, do Conselho, de 22 de Julho de 2003, que completa o estatuto da sociedade cooperativa europeia no que respeita ao envolvimento dos trabalhadores)

Proposta de Lei n.º 128/X (GOV)
(Autoriza o Governo a legislar em matéria de prevenção e investigação de acidentes e incidentes ferroviários na medida em que as competências a atribuir aos responsáveis pela respectiva investigação técnica sejam susceptíveis de interferir com o exercício de Direitos, Liberdades e Garantias Individuais)

Proposta de Lei n.º 131/X (GOV)
(Autoriza o Governo a aprovar o regime jurídico de acesso e exercício das actividades de produção de energia eléctrica a partir da energia das ondas)

Projecto de Lei n.º 373/X (PSD)
(Princípios gerais para a prevenção da produção, a redução da perigosidade e a gestão de resíduos da construção e da demolição)

Intervenção sobre as SCUTS

Deputado Jorge Costa
Assembleia da República, 6 de Julho de 2007

(...)

O PSD requereu este debate de urgência por considerar que estamos de novo perante um enorme embuste organizado pelo Governo sobre a questão das SCUT's.

O Governo anunciou em Outubro de 2006 a decisão de introduzir portagens em algumas auto-estradas SCUT por ter chegado à conclusão de que era impossível insistir na manutenção deste sistema, aplicando o princípio do contribuinte pagador, que se revelou tão desastroso para o País e ruinoso para as contas públicas.

Tarde, o Governo recuou. Em campanha eleitoral, o líder do Partido Socialista percorreu o País garantindo que jamais seriam introduzidas portagens nas SCUT's. Recuou. É mais uma promessa não cumprida. Uma autêntica fraude eleitoral. Promete-se tudo, mesmo o que se sabe ser insustentável. O que importava era caçar votos. Ganhar a qualquer custo.

Sejamos sérios !

Entre o momento da campanha eleitoral e hoje, não se operou qualquer milagre que alterasse a situação sócio-económica das regiões beneficiárias das auto-estradas SCUT, nem se vislumbra qualquer movimento tendente à construção de alternativas rodoviárias. A verdade é só uma. O Primeiro Ministro prometeu em campanha o que sabia não poder cumprir, e agora vê-se obrigado a dar o dito por não dito. O mínimo que se exigia era que pedisse desculpa a quem conscientemente enganou.

Sempre dissemos que, nos moldes em que foi lançado, o modelo SCUT é totalmente inaceitável dado ser um modelo injusto, ineficiente, insustentável e inviável.

Vejamos detalhadamente:

• **Injusto** porque alguns concelhos atravessados por auto-estradas SCUT apresentam níveis de desenvolvimento mais elevados de que outros servidos por auto-estradas com portagens. Isto é, concelhos com menor índice de desenvolvimento pagam portagens, enquanto que os mais desenvolvidos não pagam. Por isso, o sistema é injusto.

• Mas para além de injusto também é **ineficiente**, porque até à data, o programa de SCUT's já criou encargos a mais para o Estado (para



além das rendas anuais) superiores a mil milhões de euros devidos a reequilíbrios financeiros, muitos deles por não ter sido obtida a aprovação ambiental previamente ao lançamento dos concursos.

• E além de injusto e ineficiente também é **insustentável** porque entre 2007 e 2025, o valor médio dos encargos com as SCUT é de 700 milhões de euros por ano, impondo aos contribuintes um encargo que equivale a cerca de 180 euros por agregado familiar por ano, quer ele use, ou não, a SCUT, quer ele tenha automóvel, ou não.

• E além de injusto, ineficiente e insustentável também é **inviável** porque impossibilita o desenvolvimento da actividade das Estradas de Portugal, nomeadamente na manutenção da rede viária, segurança rodoviária, conservação de estradas e pontes, construção de obra nova, pondo assim em causa a segurança e a sustentabilidade da totalidade do sistema rodoviário nacional.

O PSD denuncia estes factos há muito. E com o tempo, as instituições deste país têm vindo a concordar conosco. O Tribunal de Contas já por diversas vezes arrasou o modelo das SCUT, em má hora implementado por um Governo socialista. Contas feitas concluiu que os encargos totais são de 17 mil milhões de euros.

O princípio do utilizador pagador

que defendemos, com mecanismos de discriminação positiva para os residentes e empresas estabelecidas na região, é o que mais respeita critérios de equidade, justiça e racionalidade. Permite ao mesmo tempo libertar verbas para outras áreas como a conservação e a segurança das estradas, a construção ou melhoramento de vias alternativas e a continuidade da implementação do Plano Rodoviário Nacional.

Pena é que só tão tardiamente, e depois de ter faltado à verdade na campanha eleitoral, o Governo tenha arrepiado caminho. Não há auto-estradas grátis. No modelo que o Governo defendia todos pagam, mesmo aqueles que nem carro têm.

Pois bem. Numa cambalhota, como vimos pouco ética, o Governo anunciou que ia corrigir o erro. Mas passados mais de oito meses sobre o anúncio, paira um ensurdecedor silêncio no palácio.

Os autarcas desconhecem a verdadeira dimensão da decisão. As populações não sabem quanto vão pagar. Os concessionários estão expectantes.

A consequência desta inação do Governo será mais uma vez a paragem do investimento público. Um dia destes, através de mais uma circular ou de qualquer outro tipo de ordem, lá teremos o Governo a decidir a suspensão de pagamentos, de contratações e a congelar processos

de adjudicação de obras. Tal como no ano passado. Só que desta vez bastante mais cedo e com consequências bem mais graves para os Portugueses.

No ano passado, só nas acessibilidades foram mais de 200 – repito, mais de 200 – as obras de construção de novas estradas, de conservação de estradas existentes e de segurança rodoviária que foram bloqueados. Este ano teremos, infelizmente, uma lista bem maior.

Os prejudicados são sempre os mesmos – os Portugueses que legitimamente alimentam expectativas e que se sentem defraudados. É que, apesar disto, o Primeiro Ministro e o Ministro das Obras Públicas não se coíbem de continuarem, sem pudor, a prometer mais e mais investimentos para obras que sabem, de antemão, não ter dinheiro para realizar. É a política do faz do conta, dos espalhados anúncios, da propaganda no seu pior.

Em 28 de Abril de 2006 o Senhor Primeiro Ministro, prometeu em Bragança que o IP4 seria lançado em Maio e o IP2 em Julho, de 2006. Estamos em Julho de 2007, passou mais de um ano e nada aconteceu. Não lhe serviu de emenda. A semana passada foi a Vila Real prometer a adjudicação do túnel do Marão até final deste ano. Já ninguém acredita.

A verba atribuída no OE à Estradas de Portugal esgotou-se. Vive-se uma situação de pré-falência. Como vão agora ser satisfeitos os compromissos com empreiteiros e fornecedores de serviços? E como vai ser paga a terceira prestação das rendas das SCUT's? O que vai fazer o Governo? Fecha os olhos, faz do Estado caloteiro, e pura e simplesmente provoca a ruína financeira de pequenas e médias empresas por todo o país.

O famigerado modelo de financiamento e gestão do sistema rodoviário, de que trataremos no ponto seguinte, foi sucessivamente adiado de Janeiro de 2006 para Junho de 2006, e daí para o fim do ano de 2006, até que chegamos a Julho de 2007 e temos a perspectiva de que não terá já qualquer efeito neste ano.

O Ministro das Obras Públicas assegurou aqui no Parlamento, na discussão do OE para 2007, que as verbas que estavam em falta para dotar as Estradas de Portugal viriam com esse modelo. Estaria aí, qual panaceia,





a solução de todos os problemas. É hoje evidente que nada disso vai acontecer. A sub-orçamentação que então denunciámos, revela-se agora com grande estrondo. Faltam 1000 milhões de euros nas Estradas de Portugal.

As consequências da paragem do investimento estão aí, bem à vista de

todos. Veja-se a crueza dos números.

Em 2006, foram lançadas 4 obras. E adjudicou-se uma única obra de construção digna de um mínimo relevo estruturante.

Em 2007, foram lançados apenas 2 concursos para obras de construção de novas acessibilidades. E a performance de adjudicações é risível – duas, e por acaso, uma delas com concurso lançado pelo Governo anterior. Para quem tanto gosta de estatísticas da realização de estradas... Uma a cada 3 meses, deve ser uma excelente média! Bem menor, muito menor, do que o número de

promessas irresponsavelmente avançadas ou de acções de propaganda realizadas com o nosso dinheiro.

Este desempenho paupérrimo, acrescido agora do completo esgotamento financeiro da EP, não augura nada de bom para o futuro dos Portugueses.

E tudo isto porque o Governo mês após mês, anúncio após anúncio, tem sido manifestamente incompetente e incapaz de alterar o ruinoso modelo das SCUT. Um modelo que prejudica gravemente a justiça e a coesão nacionais. O Governo que aumenta

os impostos para as famílias, para os reformados e para as empresas, é o mesmo que quer gastar muitos milhões de euros em obras faraónicas. É o Governo que obriga os Portugueses a pagarem 700 milhões de euros de portagens em auto-estradas onde só passam alguns mas todos pagam, mesmo aqueles que nem carro têm.

É um Governo que depois de ter enganado os eleitores se mostra hoje sem rumo nem discernimento para prosseguir o interesse nacional

(...)

Intervenção sobre duas Propostas de Resolução que pretendem aprovar, respectivamente, o instrumento entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América sobre Extradicação e sobre o Auxílio Judiciário Mútuo.

Deputado Carlos Alberto Gonçalves
Assembleia da República, 5 de Julho de 2007

(...)

As duas Propostas de Resolução que aqui hoje debatemos, pretendem aprovar, respectivamente, o instrumento entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, feito em Washington em 14 de Julho de 2005, conforme o n.º 2 do artigo 3.º do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre **Extradicação**, assinado em Washington a 25 de Junho de 2003 e seu anexo, feito em Washington, em 14 de Julho de 2005 e o instrumento entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, feito em Washington em 14 de Julho de 2005, conforme o n.º 3 do Artigo 3.º do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o **Auxílio Judiciário Mútuo**, assinado em Washington a 25 de Junho de 2003.

Estas duas Propostas de Resolução surgem no contexto da cooperação em matéria penal entre a União Europeia e os EUA, tendo por objectivo garantir a preservação e a potenciação de um conjunto de valores democráticos comuns e ao mesmo tempo permitir encontrar uma resposta concertada a novos fenómenos de violência, crime e instabilidade no seio do sistema internacional.

De facto, desde os ataques do 11 de Setembro de 2001, a Comunidade Internacional teve de despertar para uma nova realidade de instabilidade, alicerçada nas consequências do terrorismo global, com a sua capacidade para provocar danos e vítimas em qualquer ponto do Mundo, com capacidades de operacionalidade até então desconhecidas e com meios capazes



de provocar danos extremos aos países afectados.

De um momento para o outro tivemos todos, de encontrar respostas para estes novos e complexos desafios que exigem da Comunidade Internacional uma resposta concertada, firme e enérgica, que permita ter uma abordagem positiva perante este fenómeno do terrorismo global.

Perante este quadro de instabilidade internacional verificou-se um grande incremento das medidas anti-terroristas, quer no plano europeu, quer nos EUA, país directamente afectado pelos atentados do 11 de Setembro. Nessa linha, estas propostas de resolução que aqui discutimos, destinam-se a melhorar e aprofundar a cooperação entre os Estados-membros da União e os EUA de forma a que esta relação se traduza num melhor combate das práticas criminosas, nas suas mais variadas vertentes e manifestações.

Assim, a Proposta de Resolução 51/X vem regular a figura da Extradicação entre Portugal e os EUA, segundo os termos do acordo entre os EUA e a UE sobre o mesmo tema, apresentando Portugal aqui uma declaração de reserva relativamente a alguns casos de extradicação nomeadamente aqueles referentes a infracções puníveis com a pena de morte, com a pena de prisão perpétua ou com a pena de prisão de duração indeterminada. Essas extradicações só podem ser concedidas ao abrigo de um conjunto de condições específicas e desde que sejam consideradas compatíveis com a Constituição da República Portuguesa

Quanto à Proposta de Resolução 52/X, esta destina-se a regular o Auxílio Judiciário Mútuo entre Portugal e os EUA, de acordo com as regras já estabelecidas pelo acordo do mesmo tipo assinado pela UE e os EUA, definindo entre outras coisas que Portugal deve prestar auxílio

relativamente a actividades de crime organizado, branqueamento de capitais, tráfico de droga e terrorismo, puníveis de acordo com as leis de ambos os Estados e ainda quaisquer outras actividades criminosas em que Portugal notifique os EUA, que terão de prestar auxílio relativamente a actividades de branqueamento de capitais e terrorismo nos mesmos moldes referidos anteriormente.

(...)

O Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata não pode deixar de votar favoravelmente estas Propostas de Resolução, demonstrando com este voto o seu empenho na luta contra estes novos fenómenos de violência que afectam a comunidade internacional. O combate ao terrorismo internacional e a qualquer forma de crime organizado, necessita de uma resposta firme de todos nós que defendemos e perfilhamos os valores democráticos de organização da sociedade.

Pensamos assim, contribuir com esta aprovação para dar um sinal positivo do empenho deste Parlamento, num momento importante para Portugal na cena Europeia e internacional, na erradicação destes fenómenos de violência global que degradam a vida das nossas sociedades.

Ao mesmo tempo esta Assembleia, com a aprovação destas Propostas de Resolução, dá mais um exemplo do seu empenho na defesa dos valores democráticos e na condenação de todas as formas de violência arbitrária no sistema internacional.

(...)

Intervenção sobre a instituição de exames nacionais no Ensino Básico

Deputado José Cesário
Assembleia da República, 4 de Julho de 2007



(...)
Cumprimento o CDS-PP pela iniciativa de mais um debate sobre educação na Assembleia da República.

Encaramo-lo na linha de todos os que o meu Partido aqui já promoveu na presente Legislatura e no passado, sempre em defesa da liberdade de ensinar e de aprender e de uma educação personalista, capaz de preparar os portugueses para construir um País mais desenvolvido.

Sempre entendemos, conjuntamente com a generalidade das forças políticas aqui representadas, que o debate político e a actividade legislativa nesta Casa devem privilegiar a educação, pelo que não deixa de ser estranho o que aqui se tem passado nos últimos tempos.

É um escândalo o modo como a Senhora Ministra da Educação se tem furtado ao debate e ao esclarecimento das medidas que pretende levar a efeito.

E ainda é mais escandaloso o modo como o Grupo Parlamentar do PS tem dado cobertura a esta forma de governar.

O PS tem permitido que a Ministra da Educação evite sistematicamente a discussão na Assembleia da República acerca dos seus actos e das suas iniciativas.

A título de exemplo, veja-se o que se vai passar na próxima 4ª feira:

Finalmente, depois de meses e meses a fugir ao debate democrático com a total convivência do Partido Socialista, a Senhora Ministra virá à Comissão de Educação, Ciência e Cultura, para, numa única manhã, discutir um vastíssimo conjunto de matérias que se têm vindo a acumular ao longo de meses.

É óbvio que a sua intenção é naturalmente misturar as diversas questões em causa, com o único objectivo de nada esclarecer.

Aliás, não deixa de ser curioso que esta sistemática fuga ao debate aconteça exactamente no momento em que decorrem os trabalhos da Reforma do Parlamento, em que um dos aspectos essenciais é exactamente aumentar a discussão política sobre as matérias da actualidade, incentivando a vinda dos membros do Governo à Assembleia.

E, já agora, é igualmente curioso que o principal dinamizador desta



Reforma Parlamentar seja exactamente o mesmo Deputado que preside à Comissão de Educação, em cujo seio a actual maioria socialista têm quase permanentemente negado o direito dos deputados discutirem com os membros da equipa de Educação as muitas questões que têm marcado a sua geração.

(...)

Em vez de debate e de discussão com os agentes educativos, com os Deputados ou com os autarcas, em vez da aproximação às escolas portuguesas, a Senhora Ministra da Educação prefere pavonear-se nos corredores do poder e nos locais onde o PS ainda consegue que ela se faça ouvir, sempre sem confronto de opiniões, em longos monólogos em que apenas impera o culto da personalidade.

É um constante desfilhar da Ministra e da sua corte, com coches e liteiras, trompas e arautos, com soberba e sobrançeria, corte esta recheada dos tradicionais lambe botas, as “Margaridas Moreiras” da nossa praça, para quem tudo vale para agradar à chefe.

Ah! É verdade! E já me esquecia dessa figura sinistra, o bufo, que ressuscitou do longínquo e obscuro passado para engrossar o séquito de aduladores e aduladoras, apenas com o fito de conseguir mais um lugar ao sol.

Confesso que se não estivéssemos em democracia, esta situação só seria semelhante à corte de Maria Antonieta, antes da Revolução francesa, com o seu escol de marqueses e marquesas, condes e condessas, barões e baronesas, façanhudos e distantes do povo, desdenhando dos dramas de professores, de pais, de estudantes, de autarcas, apenas lhes importando a

satisfação do seu incomensurável vício do exercício do poder pelo poder.

É o vale tudo do poder quase absoluto! Tudo pelo chefe e em nome dele...

Mas, tenham atenção, lembrem-se como terminou Maria Antonieta... E olhem que a indignação começa a assentar arraias um pouco por todo o lado.

(...)

Intervento aqui hoje também em nome da enorme confiança que temos nas escolas e nos professores portugueses.

Sabemos bem que apesar das sucessivas experiências pedagógicas, apesar das permanentes alterações legislativas, apesar da sistemática mudança de responsáveis ministeriais, as escolas portuguesas têm de um modo geral conseguido cumprir a sua missão de educar e de formar.

Sabemos bem que a maioria dos professores deste País é dedicada à causa da educação e à profissão que abraçou, dando o melhor de si para ajudar os seus alunos a atingirem os níveis de aprendizagem desejados.

Sabemos bem que muitos são os pais, os autarcas e outros agentes da comunidade educativa que se dedicam às suas escolas com todas as forças que têm.

Porém, também sabemos que nunca como hoje foi tão posta em causa esta dedicação e empenhamento.

Atacar os que não cumprem e punir os que transgridem é uma obrigação de quem conduz os destinos do País!

Generalizar as críticas e perseguir

professores, é pôr em causa toda uma classe, desacreditando-a e desautorizando-a.

Pôr genericamente em causa os professores e as escolas desmobiliza-os e fá-los baixar os braços nos combates por uma educação exigente e de qualidade.

Criar um clima de medo e de perseguição, eliminando a possibilidade de criticar, é criminoso e só contribui para uma educação monolítica, acrílica e socialmente deformadora.

Definir normas de progressão na carreira docente que privilegiam o exercício de funções administrativas em detrimento das actividades lectivas é desprezar os bons professores que durante toda uma vida se dedicaram à sua escola e aos seus alunos.

Impor habilitações para a docência que alargam o regime do professor único até ao 6º ano de escolaridade e que desvalorizam a especialização para se ser professor nos primeiros anos de escolaridade, compromete a qualidade de ensino e os níveis de aprendizagem desejáveis.

Ajustar administrativamente as notas de exames e desvalorizar provas de qualquer tipo desmotiva os alunos e põe em causa os padrões de exigência dos professores.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, urge que o Governo altere a política de educação que tem prosseguido nestes quase dois anos e meio de funções!

Entendemos, hoje como no passado, que em primeiro lugar cumpre mobilizar a generalidade dos nossos agentes educativos, com especial destaque para os professores e os pais, para a permanente transformação das nossas escolas e para uma educação de qualidade e exigência crescentes.

Entendemos igualmente que é essencial dotar a escola de meios para responder aos novos desafios da sociedade de informação e da economia globalizada em que vivemos, olhando para o computador, a Internet e a televisão como aliados e não como concorrentes.

Entendemos também que cumpre adoptar políticas de formação de professores que incentivem a investigação e reformulem os métodos de estudo, para que os nossos estudantes desenvolvam o seu espírito



Intervenção no encerramento do debate sobre as SCUTS

Deputado José Manuel Ribeiro
Assembleia da República, 06 de Julho de 2007

crítico, a sua autonomia, a capacidade de compreensão e a responsabilidade.

Não temos igualmente dúvidas que o conceito de escola aberta que perfilhamos obriga a um maior envolvimento dos diversos elementos da comunidade educativa na condução dos seus destinos, profissionalizando e responsabilizando os gestores, que devem responder por objectivos concretos a fixar localmente em função dos projectos de desenvolvimento de cada região e cada concelho.

(...)

É igualmente nesta lógica que advogamos a adopção de modelos de avaliação exigentes, que sejam capazes de criar, desde cedo, nos nossos alunos, habituação à realização de exames e provas de natureza nacional ou local.

Pela minha parte, confesso que nunca defendi, nem defendo, o exame eliminatório como único elemento de avaliação a considerar. Mas também sei que a introdução de provas no sistema desde os primeiros anos de escolaridade é uma prática saudável.

Porém, não podem ser as provas a brincar, que para nada contam, que recentemente foram realizadas no ensino básico.

Nem oito, nem oitenta!

Os exames globais de âmbito nacional devem ser considerados cumulativamente com outras provas realizadas e promovidas localmente e com outros elementos resultantes da avaliação contínua, que o professor deve permanente recolher.

Por outro lado, é um erro adoptar medidas que desresponsabilizem as famílias do processo educativo dos seus educandos.

Os trabalhos de casa, por exemplo, são essenciais para obrigar os pais a acompanhar a progressão dos seus filhos e o estudo deve, sempre que possível, ser realizado em casa, junto e com a participação dos agregados familiares.

Só assim as famílias se sentirão responsabilizadas no ensino dos seus filhos, devendo participar activa e formalmente no apuramento dos próprios elementos de avaliação.

Por tudo isto e tendo em consideração estes pressupostos, o PSD votará favoravelmente o projecto de resolução que hoje é colocado à nossa consideração em resultado de iniciativa do CDS-PP.

(...)



(...)

O Partido Social Democrata, trouxe hoje este assunto a debate e voltará a fazê-lo tantas vezes quantas as necessárias para denunciar a política errática do Governo e obrigá-lo a adoptar uma política de verdade.

Este debate permitiu desde logo e uma vez mais, demonstrar e desmascarar a fraude eleitoral que o PS vendeu ao país.

Antes das eleições os socialistas disseram uma coisa e depois, como vem sendo hábito, fizeram outra a seguir às eleições. E isto tem um nome: é faltar à verdade, é enganar os portugueses.

Em campanha eleitoral o Eng.º José Sócrates garantiu que as SCUT iriam permanecer como vias sem portagem.

Mas em Novembro de 2006, o mesmo Eng.º José Sócrates com base num estudo manipulado, num estudo vergonhoso, anunciou a introdução de portagens em algumas SCUT.

Passados oito meses o que aconteceu?

Nada! Absolutamente nada!

Temos um Governo que diz que faz ou vai fazer mas tudo permanece na mesma, na mais pura prática socialista.

De uma penada, sobre a mesma matéria, o PS defende coisas diferentes e não cumpre duas

promessas, a juntar a tantas outras que, por premeditada amnésia política acabaram por ficar pelo caminho.

O que acontece nos dias de hoje é que todos os portugueses pagam auto-estradas que não utilizam. E nós sabemos que, da mesma forma que não existem almoços grátis, também não existem estradas grátis.

A verdade, a grande verdade, é que não há praticamente uma promessa que este Governo seja capaz de cumprir, e isto é a demonstração mais cabal da sua falta de credibilidade e de seriedade.

Neste debate, a incoerência e o desespero socialista foram por demais evidentes. A falta de convicções próprias, todos os argumentos valeram para atacar o PSD, os seus Deputados, os seus dirigentes e as suas ideias.

Prova disto mesmo foi a postura do Senhor Ministro das Obras Públicas que uma vez mais apresentou na Casa-Mãe da Democracia o seu habitual nervosismo aliado a insultos e fantasias, num emaranhado de retórica falaciosa.

Quando a máquina de propaganda socialista já não resulta lá surge a ofensa e a afronta para tentar contrapor o que não conseguem com a verdade e com o rigor.

Nada nos estranha sobretudo vindo de quem vem! De um Ministro que nos habituou a tantas cambalhotas e piroetas, e que é ele

próprio um deserto de ideias e de realizações.

O que resulta deste debate é que o Governo e o PS mais não conseguiram que confirmar a ideia que a insuficiência, diria mais, a rotura orçamental das Estradas de Portugal, EPE é evidente e eminente.

Não é por mero acaso que há poucos dias saíram notícias que em Abril último o orçamento deste organismo para este ano já tinha uma execução de 75%. Estamos perante mais um caso flagrante de sub-orçamentação.

O mais certo é que dentro de dias, o Ministério das Finanças, à imagem do que aconteceu no ano passado no mês de Agosto, quando o país estava de férias, dê novamente instruções a todos os departamentos da administração central para suspenderem e pararem os investimentos.

Serão mais obras a parar por todo o país. São investimentos que o país necessita, investimentos que a nossa economia carece mas que o PS ignora.

Como se não bastasse o Governo não cumprir com as suas promessas, ainda penaliza o país, prejudica os portugueses, em especial as populações mais desfavorecidas.

É só escolher Sras. e srs. Deputados: é o encerramento de maternidades, serviços de urgência, SAP, escolas, esquadras PSP, postos da GNR, tribunais, zonas agrárias, etc, etc, etc...

Tudo isto prova que é um Governo desorientado! Com uma política sem rumo!

Um Governo que já não consegue convencer ninguém, e em que a única preocupação é controlar tudo e todos, utilizando práticas que já não se viam em Portugal há mais de três décadas.

É o impulso controleiro! É o apelo e a promoção da "bufice"!

O Governo está a passar um mau bocado, é verdade!

Sucedem-se as asneiras e as trapalhadas políticas, e a quebra de compromissos eleitorais corrói a sua imagem.

É que pode-se iludir muita gente durante algum tempo, mas não se consegue enganar todos, durante todo o tempo.

A terminar, cito o escritor Victor Hugo: "Não é força física que falta às pessoas, mas sim força de vontade".

Desafortunadamente para Portugal e para todos os portugueses, a este Governo faltam as duas.

Intervenção sobre as alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e à Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

Deputado Mário Albuquerque
Assembleia da República, 5 de Julho de 2007

(...)

O Governo apresenta hoje à apreciação desta Câmara as Propostas de Lei números 149/X e 151/X que versam, respectivamente, matérias relevantes relacionadas com alterações ao Regime Jurídico da Urbanização e Edificação e à Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e de Urbanismo.

O anúncio político e a intervenção propedéutica destas iniciativas do Governo estiveram a cargo do Sr. Primeiro-Ministro quando, no debate mensal de 27 de Abril, aqui no Parlamento, se referiu, com manifesto empenhamento, à alteração à Lei de Bases do Ordenamento do Território como se tratando de uma medida de fundo do Governo, impregnada de uma valiosa carga de coragem e inovação, quais atributos que, normalmente, caracterizam e acompanham as grandes decisões, feitas de superiores rasgos políticos.

Proclamou, então, o Sr. Primeiro-Ministro, desde esta mesma tribuna:

“Todos sabemos que a revisão de um PDM pode arrastar-se, penosamente, por mais de uma década e que um plano de urbanização ou um simples plano de pormenor podem demorar uma boa meia dúzia de anos. (...) É por isso que temos de mudar.”

Postas as coisas nestes termos, qualquer destinatário, menos atento e desprevenido, poderia, sem dúvida, descobrir-se subitamente fascinado pelo desassombro e determinação, falaciosamente subjacentes a esta iniciativa do Governo.

Mas tal, todavia, não traduz a verdadeira realidade dos factos, como facilmente o passamos a demonstrar.

Com efeito, o que o Governo realmente fez mais não foi do que dar cumprimento a uma norma transitória da Lei de Bases (48/98 de 11 de Agosto), mais precisamente o nº 2 do artigo 32º, que determina que uma vez aprovado o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) e os novos Planos Regionais de Ordenamento do Território (os PROT), “a ratificação de planos municipais pelo Governo só terá lugar nos casos em que seja suscitada, no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação dos planos, a desconformidade com as disposições legais e regulamentares vigentes ou



com instrumentos de gestão territorial eficazes.”

Portanto, à boa maneira da propaganda e demagogia, que já constitui um apanágio tão peculiar deste Governo socialista, o que o Sr. Primeiro-Ministro veio anunciar, com pompa e circunstância, em 27 de Abril passado, a esta Câmara mais não foi – imagine-se!... – do que o mero cumprimento de uma determinação legal com data de 1998...

É caso para se afirmar que o Sr. Primeiro-Ministro leva, quiçá, um pouco longe demais a máxima latina *audaces fortuna juvat*, ou seja, a sorte protege os audazes!?!...

Veremos agora se o aceso protagonismo do Sr. Primeiro-Ministro lhe é suficiente para conseguir fazer aprovar o PNPOT e todos os PROT, de modo a compatibilizar a iniciativa política com as determinações legais!?!...

Quanto ao mais, a Proposta de Lei nº 151/X apenas cura de alguns ajustamentos administrativos, sendo, contudo, nosso propósito – enquanto manifestação da nossa boa-fé política – alertar o Governo, no que toca à alteração ao artigo 33º da Lei de Bases, para o facto de também os planos de ordenamento dos parques arqueológicos deverem integrar, nos termos do disposto no nº 1 do artigo 6º do Decreto-Lei nº 131/2002, de 11 de Maio, a categoria legal dos planos especiais de ordenamento do território.

Já sobre a Proposta de Lei nº 149/X, que procede à reforma do regime

jurídico da urbanização e edificação, reconhecemos e assinalamos como positivo o esforço do Governo no sentido de tentar simplificar procedimentos e encurtar prazos, para além de procurar aplicar, de forma recorrente, princípios de economia dos actos e do “aproveitamento do possível”.

Analizamos esta iniciativa política do Governo da forma que se segue.

Os dois grandes eixos desta Proposta de Lei assentam, por um lado, na simplificação de procedimentos administrativos e, por outro, na tentativa de alcançar uma maior responsabilização dos técnicos e dos donos, ou promotores das obras intervenientes naqueles procedimentos.

No campo da simplificação de procedimentos verificam-se:

- Uma desgradação dos institutos jurídicos de controle apriorístico das iniciativas dos particulares;

- Um incremento das situações de deferimento tácito das pretensões dos particulares;

- Sempre que possível, o encurtamento de prazos;

- Uma aplicação mais aprofundada do “princípio do aproveitamento do possível” dos procedimentos e dos actos administrativos e materiais;

- A introdução do recurso à informática e à *Internet* nas relações entre a Administração e os particulares;



- A introdução de novos actores nos procedimentos, tendencialmente potenciadores de uma centralização de imputações e de actuações;

- E, finalmente, o novo carácter meramente facultativo da consulta pública, agora apenas aplicável a licenciamentos de operações de loteamento com significativa relevância urbanística.

Embora numa apreciação global nos seja simpático o elenco dos princípios sufragados pelo Governo nesta sua iniciativa, manifestamos, contudo, algumas reservas que se prendem, sobretudo, com a eficaz salvaguarda dos valores ambientais, urbanísticos e paisagísticos por via de um afrouxamento do controle apriorístico em algumas operações urbanísticas, designadamente: Com alguns casos de deferimentos tácitos, por poderem originar danos no interesse público de difícil reparação;

Com o potencial afastamento total dos processos de consulta pública, enquanto garantes do exercício, pelos cidadãos de um direito constitucional e legalmente garantido;

Finalmente, com o reforço de meios humanos, sua qualificação, bem como meios materiais e financeiros indispensáveis para por em prática as medidas agora preconizadas nesta iniciativa do Governo.

Suscitam-nos, também, por outro lado, sérias reservas as soluções encontradas pelo Governo para o pretendido reforço da responsabilização dos técnicos e dos donos, ou promotores das obras intervenientes nas operações visadas, as quais se nos afiguram como manifestamente insuficientes para uma eficaz salvaguarda dos interesses públicos em presença.

De qualquer forma, por se nos afigurar, numa apreciação global, como positivo e necessário o sentido em que corre esta reforma do regime jurídico da urbanização e edificação, reservamo-nos para, em sede de especialidade, darmos o nosso contributo, apresentando algumas soluções concretas que, do nosso ponto de vista, se configuram como indispensáveis para a consagração de uma solução responsável e equilibrada, tanto de um ponto de vista político, como legislativo.

(...)



Intervenção no debate de urgência sobre as SCUTS

Deputado Vasco Cunha
Assembleia da República, 6 de Julho de 2007

(...)

Vai já longo este debate de urgência, e ainda não ouvimos as respostas concretas e os esclarecimentos definitivos do Senhor Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a várias das questões oportunamente aqui colocadas, designadamente pelo Grupo Parlamentar do PSD, através dos Senhores Deputados Jorge Costa e Fernando Santos Pereira.

Todos nós recordamos – uns com mais memória do que os outros – do Eng. José Sócrates, na campanha eleitoral para as eleições de 2005, a afirmar – com um ar seguro e decidido – que com ele não haveria portagens nas SCUT's.

De facto, desde o momento da campanha eleitoral no início de 2005 até ao mês de Outubro de 2006, o Governo hesitou, balançou e finalmente recuou, entre a ilusão prometida de que jamais seriam introduzidas portagens nas SCUT's até ao anúncio da decisão de introduzir portagens, em algumas auto-estradas SCUT, por – entretanto – ter chegado à conclusão de que era impossível manter este insustentável sistema.

Sinalizando esta tardia lucidez, quando já se previa que os custos ascendessem a cerca de 700 milhões de euros em 2007, as notícias, em 20 de Novembro de 2006, referiam que o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças – afirmava que **“estes níveis de crescimento não são sustentáveis e terão de ser contidos”**, concluindo que **“há que fazer a reanálise das concessões, revendo prazos ou o seu refinanciamento”**.



(...)
Não era o facto de, pela primeira vez, um membro do actual Governo, fora do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, reconhecer formalmente a insustentabilidade financeira do modelo SCUT.

Era mais do que isso.

Era um sinal da fraqueza do realismo orçamental na luta contra o ilusionismo político, confirmado – aliás – com a discussão do Orçamento do Estado para 2007, onde o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, quando confrontado com a falta de verbas para fazer face às

despesas das Obras Públicas, nomeadamente, com as SCUT, nada esclareceu.

Por várias vezes já dissemos que, nos moldes em que foi lançado, o modelo SCUT é totalmente inaceitável dado ser um modelo injusto, ineficiente, insustentável e inviável.

Sempre defendemos o princípio do utilizador pagador como sendo aquele que mais respeita critérios de equidade, justiça e racionalidade. Sempre afirmámos as falhas do modelo e por isso defendemos a introdução de portagens, com mecanismos de discriminação positiva para os residentes e empresas estabelecidas nas diferentes regiões.

Desafiamos por isso o Governo, e

o Ministro das Obras Públicas, para nesta 3ª oportunidade, nesta 3ª ronda, esclarecer – aqui e hoje – passados mais de oito meses sobre o anúncio da decisão de introduzir portagens, em algumas auto-estradas SCUT, sobre quais são as suas opções concretas nesta matéria.

Os autarcas desconhecem a verdadeira dimensão da decisão. Os concessionários estão expectantes. Os portugueses não sabem quanto vão pagar, nem onde vão pagar.

Infelizmente para Portugal, a consequência de mais um silêncio do Governo nesta matéria será, outra vez, a paragem do investimento público.

Com renovado empenho, lá teremos o Governo – a curto prazo – a anunciar uma nova suspensão de pagamentos, de contratações e o congelamento dos processos de adjudicação de obras.

Tal como no ano passado...

Por isso, se justifica saber se está o Senhor Ministro em condições de garantir, aqui no Parlamento, e para conhecimento de todos os portugueses, que no ano de 2007 não sucederá o mesmo que em 2006, quando o Governo determinou a suspensão de pagamentos, de contratações e o congelamento dos processos de adjudicação de obras a partir de Setembro, isto é ao nono (9º) mês da execução orçamental?

(...)

Apesar destes constrangimentos estruturais – os Senhores Primeiro-Ministro e Ministro das Obras Públicas não deixam de prometer mais e novos investimentos para a realização de obras que sabem, antecipadamente, que não vão concretizar por manifesta falta de sustentabilidade financeira.

Por isso que se justifica questionar o Senhor Ministro das Obras Públicas se ainda se lembra, a título de exemplo, de em 28 de Abril de 2006, conjuntamente com o Senhor Primeiro-Ministro, em directo nas televisões, ter prometido – em Bragança – que o IP4 seria lançado em Maio e que o IP2 seria lançado em Julho, de 2006.

Porque, na realidade – e bem vacinados contra o ilusionismo – estamos em Julho de 2007 e nada aconteceu.



Intervenção sobre o clima persecutório, de intolerância, de intimidação e de perseguição da Administração Pública por parte do Governo Socialista

Deputada Zita Seabra

Assembleia da República, 5 de Julho de 2007

(...)

O Governo socialista está a generalizar no país um clima persecutório, de intolerância, de intimidação, de perseguição na Administração Pública inadmissível em qualquer país democrático e assente num Estado de Direito.

Os casos que recentemente têm vindo a público, porventura apenas a ponta de um medonho iceberg, são graves e inaceitáveis para todos os democratas, para todos os que consideram a liberdade não como um simples conceito teórico, mas como um bem tão indispensável à vida como o ar que se respira.

O Governo de José Sócrates, que dispõe nesta casa de uma maioria absoluta passou, primeiro paulatinamente, agora clara e descaradamente, a tomar sucessivas medidas persecutórias por delito de opinião.

Sem nenhum outro argumento, os Ministros da Educação primeiro, e da Saúde depois, suspendem e demitem quadros técnicos da Administração Pública, com o desprante de o fundamentar em inadmissíveis delitos de opinião.

Mais grave ainda, servem-se de delatores, que antes do 25 de Abril chamávamos, e hoje chamaremos novamente, de “informadores”, para acusar pessoas e técnicos, de quê? De terem criticado, falado de ou brincado com alguma medida controversa do Governo ou algum venerando membro do Governo.

No dia 25 de Abril, nesta mesma tribuna, o PSD, pela voz de Paulo Rangel, denunciou pela primeira vez as tentativas de cerceamento das liberdades e garantias dos cidadãos em que o Governo estava progressivamente a incorrer.

Foi uma voz firme de alarme.

Contra a vertigem controladora.

Contra a veleidade de apropriação partidária do Estado.

Agora, com uma arrogância que não se via nem se sentia desde tempos de má memória, alastra a intolerância por toda a Administração Pública com um único objectivo: servir de exemplo, para intimidar, silenciar, criar o medo, para forçar a subserviência nos trabalhadores da Administração Pública.

Os exemplos são paradigmáticos. O Governo, concretamente o Ministro da Saúde, demitiu a Dra. Maria Celeste Cardoso de directora do Centro de Saúde de Vieira do Minho porque ela não foi suficientemente rápida a retirar uma fotocópia onde um médico escrevera um comentário mais que legítimo, a



uma ridícula declaração do Ministro da Saúde que punha em causa todos os médicos que nessa mesma noite trabalhavam nos SAP de todo o País.

O Ministro atingiu-os na sua dignidade e apoucou o serviço público de saúde que ele próprio é suposto defender.

Um médico indignou-se, um “informador” fez a denúncia ao ministro que, em vez de se preocupar com os doentes que esperam meses, para vergonha nossa, por uma cirurgia do cancro, exonera a directora do Centro de Saúde, dizendo numa miserável conferência de imprensa: “Coitada da directora do Centro de Saúde!”.

Coitado de Correia de Campos que usa esta linguagem para se referir a uma Senhora que demite por causa de uma fotocópia.

Como vai longe aquela expressão, que ficou célebre, do Dr. Mário Soares sobre o direito à indignação dos cidadãos, dita numa conjuntura que nada tem a ver com este arbítrio, esta prepotência, esta forma intolerante de exercer o poder.

Mas é o que sentem todos os que ainda consideram inquestionável o direito à opinião, o direito a falar, o direito a discordar, a dizer não, a dizer basta!

Não creia o Governo que a Administração Pública se intimida e se transforma em «obedientes, humildes e sobretudo agradecidos».

Que pretende o Governo? Que na Administração Pública se interiorize o medo? Que os trabalhadores sejam convidados a denunciar colegas pelas graças que contam, ou por não terem ficha do partido do Governo? Que os bufos sejam premiados?

Desengajem-se. Há sempre alguém que resiste, há sempre quem se revolte.

O problema é que, entretanto, há alguém que sofre com injustiças e arbitrariedades.

O caso do senhor Director do Hospital de S. João da Madeira é igualmente vergonhoso.

O Ministro da Saúde não o reconduziu nas suas funções porque, durante o período de discussão pública da proposta de encerramento das urgências, ele ousou discordar do encerramento da urgência do Hospital que dirigia há 17 anos – repito, há 17 anos – atravessando o mandato de diversos governos.

O Governo quer assim dar o sinal, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para que nas próximas discussões públicas ninguém se atreva a discordar das propostas governamentais.

Nenhum técnico, nenhum trabalhador da Administração Pública poderá dar a sua opinião livre, porque os delatores estão mobilizados e vigilantes e porque lhe acontece como ao Dr. Fernando Portal, e um ministro dirá que não tolera críticas à proposta do Governo, esteja ou não esteja em discussão pública.

O 25 de Abril fez-se para que o poder não estivesse nas mãos de gente desta. «Tiranetes» diria o Eça.

E que dizer de uma dirigente que acha normal ir à televisão defender que a forma eficaz de dar entrada da correspondência no serviço é os funcionários irem ao seu gabinete para que ela abra os sobrescritos e dê ou não entrada à correspondência? O método eficaz é ser ela a abrir e ler, uma a uma, a correspondência no seu gabinete. Todos os dias a senhora, sentada certamente – que a autoridade exerce-se sentado –, abre, frente ao funcionário de pé – que o respeitinho é muito bonito –, a correspondência que lhe venha eventualmente dirigida. Que horror!

A última e bem elucidativa, é a de uma Secretária de Estado que faz declarações públicas a explicar como se pode discordar e onde se pode discordar.

Tudo isto já seria triste, muito triste, e sem paralelo com qualquer outro país democrático em que se preza a liberdade. Mas no momento em que o Governo prepara a reforma da Administração Pública e se prepara para promover ou relocalizar os trabalhadores em função de duvidosos critérios, duvidosos e arbitrários, o assunto é ainda mais grave.

O que se está a passar é indecoroso, e é preciso pôr um travão enquanto é tempo.

Vive-se hoje em Portugal, com a convivência tácita do Primeiro-Ministro, um clima de asfixia e intolerância democrática.

Um clima capaz de contaminar, além do mais, as avaliações na função pública.

A partir de agora é legítimo questionar: as avaliações aos funcionários públicos são feitas em função do mérito de cada um ou em função da fidelidade política ao chefe, ao partido do chefe ou ao governo do chefe?

O PSD continuará a denunciar firmemente todas estas perseguições e tentativas de transformar a Administração Pública num campo minado por medos, por compadrios partidários, por comissários políticos e ministros capazes de aceitar que o seu gabinete seja caixa de correio de delações políticas, de pequenos denunciadores de crimes de lesa ministro.

O PSD não aceita que alguém seja demitido por delito de opinião ou amedrontado por métodos banidos pelo 25 de Abril. O PSD não calará o seu protesto.

Conhecemos bem o valor inestimável da liberdade e da pluralidade de opinião.

Prezamos o direito à livre opinião e sabemos que esse direito faz a riqueza da sociedade.

Uma sociedade livre é uma sociedade em que a crítica e a discordância, repito, existem como o ar que se respira, em que o humor coexiste com a crítica e com a inovação.

Se o Governo do PS e o Primeiro-Ministro consideram que governar é calar, que maioria absoluta é mandato para abusar do poder face aos cidadãos, que o poder está na ameaça e que a força reside no medo, enganam-se!

O PSD estará na primeira linha da defesa de cada cidadão alvo destas injustiças.

Da denúncia de cada caso e do uso de todos os meios que a democracia permita para pôr um fim no perigoso caminho escolhido por José Sócrates e pelo seu Governo.



Deus Pinheiro reúne com Lula da Silva no Parlamento Europeu

“Existe tolerância democrática no Brasil, ao invés de outros casos na América Latina que vêm suscitar preocupação crescente” - João de Deus Pinheiro

O Presidente do Brasil, José Inácio da Silva – “Lula”, foi hoje recebido no Parlamento Europeu pelo Presidente do PE e pelos líderes dos Grupos Políticos, numa reunião no seguimento da Cimeira UE-Brasil que teve lugar em Lisboa esta semana. Em representação do Partido Popular Europeu, o maior grupo político do Parlamento Europeu, esteve o Deputado do PSD João de Deus Pinheiro.

Na sua intervenção, o Vice-Presidente do PPE João de Deus Pinheiro começou por salientar o “salto inequívoco nas relações UE-Brasil” que representa o comunicado conjunto da Cimeira, acrescentando ainda que “esta parceria estratégica é ainda mais de salientar quando se sabe que neste



mundo globalizado os grandes desafios impõem não apenas um acrescido multilateralismo, mas igualmente acrescidas integrações regionais e cooperações inter-regionais”.

João de Deus Pinheiro elogiou “a tolerância democrática no Brasil, ao invés de outros casos na América Latina que vêm suscitar preocupação crescente”, referindo-se explicitamente à Venezuela, afirmando de seguida que “o Brasil e o seu Presidente têm de pugnar pela afirmação dos seus valores e dos seus interesses nacionais ou latino-americanos pela via democrática, pelo diálogo, pela concertação multilateral, pelo respeito pelos Direitos fundamentais”.

O Deputado português considera por isso que “o Brasil e Lula da Silva são hoje parceiros indispensáveis no contexto global.” A UE tende a eleger, cada vez mais, o Brasil como parceiro/ interlocutor privilegiado nas Relações com a América Latina, sobretudo pela partilha e similitude dos valores democráticos, pelos direitos humanos e pelo desenvolvimento sustentável.

A terminar e em nome do PPE-DE, o maior Grupo Político no Parlamento Europeu, João de Deus Pinheiro saudou o Presidente Lula da Silva dizendo-lhe “como é bem vindo” e sobretudo que “pode connosco para dar vida e resultados à parceria ora decidida e que estreitará mais, e mais, as Relações entre a UE e o Brasil.”

Eurodeputados do PSD querem exclusão dos Açores e da Madeira do pagamento de taxas por emissões de carbono da aviação

Os Deputados do PSD **Duarte Freitas** (Açores) e **Sérgio Marques** (Madeira) querem que as viagens dentro das Regiões ultraperiféricas (RUP's), entre estas, e entre as RUP's e o respectivo território continental do Estado-Membro a que pertencem, fiquem de fora das novas taxas de direitos de emissão de carbono que a Comissão Europeia quer aplicar/estender à aviação. Este é precisamente o ponto que está a suscitar maior polémica no debate a decorrer no Parlamento Europeu.

No passado mês de Dezembro a Comissão Europeia apresentou uma proposta de Directiva que visava incluir a aviação no sistema de comércio de emissões da União Europeia como medida adicional de combate às alterações climáticas.

Este é um mecanismo que, além de estimular a redução das emissões provenientes da aviação e o melhor desempenho ambiental, procura corrigir as distorções existentes, uma vez que o custo que a aviação representa para o ambiente, e em especial a sua contribuição para as alterações climáticas, não é tido em conta no preço pago pelos passageiros.

Passados 6 meses de estudos e negociações chegou agora a vez de o



Parlamento Europeu apresentar o seu projecto de relatório. O relator Peter Liese (Alemanha, PPE) apresentou um relatório que defende o início do sistema ao mesmo tempo, em 2011, para todos os voos que aterrem ou descolem de aeroportos da UE (inicialmente estava previsto que voos a aterrar ou partir de aeroportos extracomunitários seriam incluídos apenas em 2012).

Além disso foram retiradas as isenções previstas para voos que transportam elementos de Monarquias, chefes de Estado e membros de governos, uma vez que é precisamente destes que deve partir o exemplo.

O ponto que maior polémica está a

gerar no Parlamento Europeu é o da inclusão, ou não, das Regiões Ultraperiféricas.

Estas regiões, nas quais se incluem os Açores e a Madeira (mas também as Canárias de Espanha, as Ilhas Reunião, Guadalupe, Martinica e a Guiana Francesa de França), deverão ser as mais afectadas pelas medidas previstas, uma vez que o

preço das viagens de avião deverá registar uma subida e estas regiões são extremamente dependentes deste tipo de transporte por não haver meios alternativos (o transporte marítimo é demasiado demorado para muitas das trocas comerciais realizadas).

O aumento do preço das viagens aéreas para estas zonas poderá diminuir a acessibilidade, o transporte de bens para as ilhas e afectar a competitividade, uma vez que além de subirem os preços das viagens, estes deverão subir em proporção das distâncias percorridas por trajecto, aumentando os custos de deslocações e importações/exportações de produtos.

Na proposta inicial da Comissão, e no projecto de relatório do Parlamento

Europeu, não está prevista qualquer isenção para as RUPs, sendo unicamente referido que a Comissão Europeia considera que é aos próprios Estados-Membros que compete compensar as regiões isoladas pelo aumento dos custos no transporte.

Os eurodeputados portugueses do PSD, **Duarte Freitas** e **Sérgio Marques** (Açores e Madeira respectivamente) propuseram uma alteração ao relatório que pede a exclusão dos voos dentro das Regiões Ultraperiféricas, entre estas e o território continental do Estado-Membro de que fazem parte e entre as regiões ultraperiféricas entre si para promover uma maior integração regional (na região da Macaronésia por exemplo, Açores, Madeira e Canárias têm programas de cooperação que poderão também vir a ser afectados).

Estas medidas serão discutidas dia 10 de Julho com o relator do Parlamento Europeu, e votadas em Outubro na Comissão Parlamentar para o Meio Ambiente.

Numa altura em que Portugal assume a presidência da União Europeia, este é um assunto que recebeu todo o empenho dos eurodeputados do PSD, em nome da defesa dos interesses nacionais. - **Gab. Imp. GP/PSD-Europa**

«ACTA» - A próxima vítima do Centralismo Cultural deste governo...

O Deputado pelo círculo do Algarve, Mendes Bota, exprimiu a sua preocupação para a ameaça que representa para cultura local, a evidente política centralista e controladora do Governo, até na área cultural. Assim, endereçou à presidência da Assembleia da República, um requerimento a esse respeito, onde afirma:

A ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve, poderia vir a celebrar em 2008 o seu décimo aniversário. Estrutura de teatro profissional, a ACTA impôs-se pelo mérito próprio do seu trabalho, numa região escassa em produto cultural de qualidade, sobretudo no campo das artes cénicas e de representação.

Superiormente dirigida por Luis Vicente, a ACTA tem levado o teatro às escolas e às salas de espectáculo do Algarve, e não só, em colaboração com múltiplas entidades, públicas e privadas.

Mas é reconhecida a dificuldade de sobrevivência de uma estrutura profissional teatral numa região como

o Algarve, que tem uma população residente diminuta, e uma elevada população flutuante de natureza turística, na sua esmagadora maioria de origem estrangeira, logo com dificuldade em consumir este produto cultural específico.

Se as autarquias locais, e o Estado, não derem o seu suporte à ACTA, esta não conseguirá sobreviver à primeira década da sua existência.

Existem várias dificuldades actuais, e uma delas radica na absorção pelo Ministério da Cultura, do espírito centralista que caracteriza neste momento a governação do país.

Como entender que, estando prevista no Concurso de Apoio a Projectos Pontuais, a contemplação de 6 propostas culturais da Região Norte, 6 para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, e uma para a Região do Algarve, este critério de distribuição tenha retirado o Algarve da lista, tenha reduzido os projectos do Norte de 6 para 5, para aumentar os projectos de Lisboa de 6 para 8?

De facto, até na Cultura o

centralismo se faz sentir de forma asfixiante!

O projecto de ópera “O Empresário”, de Mozart, levado à cena pela ACTA, com a participação da Orquestra do Algarve, que foi feito com recurso ao crédito bancário, para suportar temporariamente um custo de produção de € 90.000,00, fica assim impossibilitado de aceder ao apoio do Ministério da Cultura, e irá significar seguramente a falência da Companhia de Teatro do Algarve.

A situação é tanto mais caricata, quanto a apreciação do júri é pródiga em apreciações positivas:

–“desafio no bom sentido”

–“troca de experiências profissionais entre os agentes do teatro e os da música”

–“projecto muito interessante e ambicioso”

–“interpretação é competente”

O requerente já teve oportunidade de assistir ao espectáculo “O Empresário”, e só pode subscrever por baixo a apreciação do júri.

O resultado deste concurso leva a

que, outros projectos com pontuação não ponderada inferior à obtida pelo projecto da ACTA, serão contemplados, e o da ACTA é excluído, pura e simplesmente porque o Algarve foi excluído.

Se, a isto, somarmos a recusa do apoio de € 20.000,00 para ajuda da reparação da avaria mecânica grave do autocarro da companhia, ou do apoio à representação internacional do espectáculo, então o panorama é deveras sombrio, triste e preocupante.

Nestes termos, e socorrendo-me de todas as disposições constitucionais, legais e regimentais em vigor, requeiro a V. Exa. sr. Presidente da Assembleia da República se digne obter da Sra. Ministra da Cultura resposta a esta questão muito simples:

Vai permitir que a responsabilidade pela emissão da certidão de óbito da ACTA – A Companhia de Teatro do Algarve passe a constar do balanço da sua experiência governativa? – CPD/ PSD- Faro

Mais uma “invasão de privacidade” de funcionários, patrocinada pela Administração Pública

O presidente da distrital do PSD de Castelo Branco classificou hoje as normas de recepção de correspondência na Sub-Região de Saúde da cidade como uma “ameaça à privacidade” de funcionários.

Em causa está uma nota interna, a que a agência Lusa teve acesso, datada de 20 de Junho último, dirigida pela coordenadora da Sub-Região de Saúde de Castelo Branco a “todo o pessoal da sede”.

Segundo a nota, “a correspondência recebida endereçada directamente a determinados funcionários ou ao cuidado dos mesmos será aberta na Coordenação, desde que oriunda de qualquer serviço público ou outro”.

O documento foi divulgado publicamente na reunião de sexta-feira da Assembleia Municipal de Castelo Branco por Isabel Jorge, eleita do PSD, que entregou uma cópia ao presidente da Câmara e o considerou uma “ilegalidade” e “uma vergonha”.

Em declarações à agência Lusa,

Carlos São Martinho, presidente da distrital do PSD, diz que “a nota interna e a forma como está escrita mostra que já não há limites, nem sequer na forma de anunciar as coisas”.

“A situação ameaça a privacidade dos funcionários e insere-se numa campanha do Governo que confunde autoridade com totalitarismo”, referiu em declarações à Agência Lusa.

“Não se compreende esta forma de tratar os assuntos na administração pública”, acrescentou.

Contactada pela agência Lusa, Ana Maria Correia, coordenadora da Sub-Região de Saúde, rejeita as acusações e explica que a nota interna serve apenas para corrigir falhas internas na distribuição de correspondência.

“Havia correspondência oficial para a sub-região que não dava entrada nos serviços porque era dirigida a determinado funcionário que a chegava a ter, às vezes, mais



de um mês no seu poder”, exemplifica.

Questionada sobre o facto de a norma poder afectar correspondência particular, considera “um mau procedimento”

que os funcionários a recebam na instituição. “Para isso, cada um de nós tem a sua casa”, refere.

No entanto, para Carlos São Martinho, “se há funcionários que não tratam a correspondência como deve ser, deve ser aberto um processo disciplinar. Não é com uma nota interna que ameaça liberdades individuais que se trata o assunto”.

Quando ao endereçamento de correspondência particular, sublinha que “há muita gente que se socorre das instituições para fazer chegar correspondência a determinadas pessoas”, acrescenta.

“Vamos estar atentos a esta situação. Se verificarmos que esta nota interna se destina exclusivamente a alguns funcionários ou que há correspondência aberta à revelia dos destinatários, vamos denunciá-la”, conclui o líder distrital do PSD.

– PL e Lusa

Notícias de Braga

Visita do presidente da CPS/Braga do PSD, visita a Freguesia de Nogueira

O líder da Coligação Juntos por Braga visitou a Freguesia de Nogueira, acompanhando os elementos da Coligação na visita que estes promovem regularmente à Freguesia e após quase dois anos de mandato socialista, verificaram apenas... ano e meio de inactividade do executivo.

Pretendeu-se com a instituição destas visitas mensais, assinalar uma 1.ª fase do mandato na Assembleia de Freguesia, coincidente com a época de gozar os louros dos resultados eleitorais por parte do executivo socialista.

Só através desta leitura se poderá compreender, por um lado, a ausência de obra feita na Junta de Freguesia, e por outro, a total incapacidade destes para replicarem o excelente trabalho desenvolvido pela coligação na Assembleia, para satisfação dos Nogueirenses, em particular daqueles que confiaram e, Juntos por

pela preparação e apresentação de novas propostas na Assembleia de Freguesia. Estas iniciativas tem sido premiadas, na maior parte das vezes, com unanimidade de aprovação, num sinal claro de reconhecimento por todos do trabalho efectuado pela coligação.

Foi assim com a proposta de Criação da Comissão de Toponímia e consequente retirada da proposta do executivo para atribuição de nome de Rua Manuel Vieira Gomes; foi assim com a Proposta de Construção de Rotunda na E.N. 101, junto ao Recheio; foi assim com a Recomendação de atribuição de uma hora no pavilhão EB 2/3 para o C.C.T. Nogueirense; foi assim com a Recomendação de indicação do código postal nas placas identificativas do nome de rua; foi assim com a Recomendação, seguida de alertas e chamadas de atenção, para a repavimentação e colocação de



que não estava neste projecto por ambições pessoais ou obrigado pelo Presidente de Câmara, estava e está motivado para fazer política à medida daquilo que Nogueira precisa urgentemente: próxima das pessoas, de forma a suprir as reais necessidades da Freguesia e dos Nogueirenses.

Foi assim também no cumprimento das promessas de oferta da máquina para limpeza dos balneários e de colocação de luz no campo de futebol, ambos afectos ao C.C.T. Nogueirense.

No que concerne ao futuro imediato, os elementos da coligação Juntos por Nogueira esperam que o Executivo Socialista, saiba aproveitar o tempo que lhe resta para fazer algo pela Freguesia. Apesar do Presidente de Junta afirmar, inclusive em público, que é normal mentir em campanha eleitoral, estes fazem votos de que os dinheiros públicos não continuem a ser esbanjados sem qualquer contrapartida digna de registo para a Freguesia.

Para além da permanente actividade no terreno e nas Assembleias de Freguesia, António Rodrigues e os seus pares cá estarão para efectuar um 2º balanço, antes de começar a época preferida do executivo socialista, i. é, aquela em que estes, para não variar, esquecem por completo os seus deveres e obrigações relativamente ao futuro da Freguesia e se entretém em disputas internas, com vista a garantir um lugar na lista candidata às autárquicas de 2009.

E considerando que a oposição, em Nogueira e na Câmara, cumpre com as promessas, seria bom que a gestão socialista na Junta começasse por cumprir, uma que fosse (!), das

inúmeras propostas do adulterado programa socialista, pelas normais mentiras da campanha, como diria o Sr. Presidente do Executivo Fantasma.

«Já só faltam dois anos!»

Os Vereadores da Coligação “Juntos por Braga” enviaram para todos os domicílios do Concelho um infomail que vem completar a Campanha de Outdoors “Já só faltam dois anos” que foram colocados em vários pontos do Concelho de Braga.

Neste infomail, os Autarcas da Coligação aproveitam para divulgar directamente a toda a população os seus contactos e os horários do Gabinete de Atendimento da Vereação (todas as Segundas e Quartas-feiras, das 11:00 às 12:30, na Câmara Municipal, Praça do Município).

De igual forma, Ricardo Rio aproveita para fazer um balanço do trabalho desenvolvido ao longo da primeira metade do mandato, ao mesmo tempo que enaltece alguns dos pilares da intervenção dos Vereadores eleitos pela Coligação “Juntos por Braga”, em matéria de propostas apresentadas ao Executivo Municipal e de áreas prioritárias para a acção Camarária.

Tendo tido conhecimento de algumas falhas na distribuição por parte da empresa dos CTT à qual este serviço foi contratado, está neste momento a ser feito um levantamento exaustivo das mesmas, com vista à sua regularização imediata, de forma a que o infomail em questão possa chegar de facto a toda a população do Concelho.

- CPS/PSD-Braga



Nogueira, tentaram mudar o rumo da Freguesia no final de 2005.

Efectivamente, tem sido um mandato marcado pela ausência do Presidente da Junta e seus pares, entretidos em constantes querelas internas, que chegaram a assumir contornos surrealistas nas diversas Assembleias de Freguesia, inclusive com diversas ameaças de agressão, que apenas não chegaram a vias de facto, pela sensata intervenção dos eleitos pela coligação Juntos por Nogueira. O desempenho da gestão socialista é de tal ordem inexistente, que os Nogueirenses chegam a apelidar a Junta de Executivo Fantasma!

Em contraponto, a oposição na Assembleia de Freguesia tem marcado a diferença pelas diversas iniciativas ao longo deste ano e meio de participação autárquica, tanto pela regular presença no terreno, como

condutas de água e saneamento, nas Ruas de Penouços e da Agrinha; foi assim com a Recomendação de melhorias ao nível da limpeza e colocação de árvores, etc...

O volume de propostas e recomendações tem sido, de facto, inversamente proporcional à actividade dos socialistas à frente da Junta, tendo chegado a tal ponto que, estes tentaram silenciar a oposição com uma proposta de extinção, ilegalmente aprovada pela maioria socialista na Assembleia, dos efeitos das propostas apresentadas em sede da mesma. Tratou-se na realidade de uma clara demonstração de falta de espírito democrático por parte dos elementos do Partido Socialista.

Como se tudo isto não bastasse e para mal dos pecados do Presidente de Junta, o candidato António Rodrigues fez questão de cumprir as promessas eleitorais, num sinal claro

Recomendação para o lançamento de um «TÉCNOPOLO» em Ovar

Na última reunião da Câmara Municipal de Ovar, os Vereadores do PSD apresentaram uma proposta para a criação de um “Tecnopolo” em OVAR e ainda uma sugestão de possível localização.

A proposta dos vereadores do PSD é a seguinte:

As cidades portuguesas assumem um papel cada vez mais relevante na vida social, económica e cultural do país e das regiões em que se inserem. É nas cidades onde se concentra a grande maioria da população e das actividades económicas da sociedade contemporânea.

Evidenciando um forte dinamismo, as cidades estão actualmente sujeitas a rápidas e substanciais transformações, de natureza física, funcional e social. Sendo um dos principais motores do crescimento económico, é nelas onde se encontra a maior parte da riqueza, do conhecimento e das tecnologias das nações. De facto, as cidades possuem um elevado valor estratégico e económico e representam apelativas oportunidades para impulsionar o investimento no país.

Nas últimas décadas assistiu-se a um aumento exponencial da pressão construtiva sobre os espaços urbanos, em paralelo, com uma significativa melhoria das condições de vida urbana e dos níveis de acesso a bens e serviços.

Contudo, as cidades portuguesas estão actualmente perante um enorme paradoxo, que reside no facto de ser também nelas que se verificam alguns dos problemas mais graves que a sociedade enfrenta: carências infra-estruturais múltiplas, falta de espaços verdes, exclusão social e económica, degradação do ambiente natural e construído, congestionamentos, criminalidade, racismo e perda do sentimento de comunidade.

A esta situação de generalizada deterioração da qualidade do ambiente urbano, não será alheia uma crónica falta de visão estratégica do desenvolvimento sustentável das nossas cidades e territórios envolventes.

É neste cenário de contradições que se coloca o desafio de conciliar, ou reconciliar, factores como a competitividade económica, a coesão social, a sustentabilidade ambiental, o desenvolvimento cultural e a qualidade de vida das populações, os quais dependem, de forma decisiva, do funcionamento global das nossas cidades e áreas metropolitanas.

Neste sentido, tornam-se cada vez mais decisivas as capacidades das cidades portuguesas para se inserirem de forma efectiva e diversificada nas redes transnacionais, europeias e mundiais, por onde passam, em complexas e selectivas dinâmicas de



cooperação e de competição, os grandes processos contemporâneos de inovação e desenvolvimento.

Os graves problemas urbanos estão bem latentes no quotidiano da população e dos agentes económicos, onde cresce um generalizado sentimento de insatisfação, face à incapacidade evidenciada pela administração pública para melhorar a qualidade do ambiente urbano das cidades portuguesas.

Neste sentido, a ideia de lançamento e criação de um TÉCNOPOLO (ou um Pólo Tecnológico) no concelho de Ovar surge como espaço urbano onde convivem os sectores empresarial, de ciência e tecnologia, de ensino e formação e a sociedade civil, tendo em vista o desenvolvimento estratégico e urbano da cidade e região envolvente através do aumento da sua competitividade.

Traduz-se num espaço de sinergias entre os sistemas de ciência e tecnologia, de investigação e desenvolvimento, de ensino e formação e da sociedade civil com vista à geração, desenvolvimento, difusão e valorização de conhecimento e inovação e obtenção de resultados de valor acrescentado.

Assumir como espaço privilegiado de inserção os centros históricos das cidades ou o alargamento e extensão do espaço físico das cidades numa perspectiva de revitalização urbana e desenvolvimento urbano sustentado. Podemos dar como exemplos o caso do “22@” em Barcelona ou do “The Digital Hub” em Dublin.

“The Digital Hub”, de Dublin

O “The Digital Hub” é uma iniciativa do Governo irlandês conducente à criação de uma área empresarial digital na cidade de Dublin. Para além do Governo, os parceiros do projecto são o “Dublin City Council”, a “Enterprise

Ireland” e a “IDA Ireland”.

Os objectivos do “The Digital Hub” passam pela criação de uma infra-estrutura state-of-the-art de aglomeração de empresas líder da área digital, irlandesas ou internacionais; pela potenciação de interações entre os sectores criativo, tecnológico, de investigação e desenvolvimento, de ensino e comunitário com vista à colaboração e obtenção de valor acrescentado; pela concepção e oferta de um ambiente de trabalho e de vida sustentável orientado para o benefício das comunidades empresariais e locais; pela oferta de um projecto baseado em investimento do sector público, em parcerias público-privadas e na participação da comunidade civil.

O “The Digital Hub” está situado numa área histórica da cidade de Dublin – Liberties/Coombe. Apesar de se constituir essencialmente como um projecto empresarial, a iniciativa traduz-se também num projecto de regeneração urbana pretendendo beneficiar toda a comunidade envolvente. Daí que se assuma como um “projecto de longo prazo que em 2010 pretende oferecer um espaço atractivo para viver, trabalhar e aprender no centro de uma cidade”. O projecto será um espaço misto de desenvolvimento a nível empresarial, residencial, comercial, de ensino e aprendizagem. O “Media Lab Europe”, um centro de investigação, inovação e ensino parceiro do MIT, já se encontra instalado no “The Digital Hub”, para além de um conjunto de empresas da área digital (e-learning, e-publishing, desenvolvimento web, TV digital, multimedia, produção audiovisual, etc.).

22@bcn – Um distrito de actividades em Barcelona

“El Poblenou”, o núcleo de

industrialização espanhola durante o séc. XIX, pretende actualmente afirmar-se como a principal plataforma económica e tecnológica de Barcelona e da Catalunha.

Para tal, o projecto 22@bcn vem contribuir para a cidade e a região envolvente intensificarem a sua especialização em actividades densas em conhecimento. Promovido pelo Ajuntamento de Barcelona através da sociedade privada municipal 22@bcn, S. A., a iniciativa centrou-se na renovação urbana das áreas industriais de Poblenou (as denominadas 22a do Plano Geral Metropolitano de 1976) e pela edificação de novos espaços potencialmente atractivos para actividades intensivas em conhecimento (os apelidados 22@). As actividades @ definem-se pela sua relação com o sector

das tecnologias da informação e comunicação, assim como com as áreas da investigação, design, edição, cultura, multimédia, gestão de bases de dados e conhecimento.

Os espaços 22@ prevêm uma utilização mista dos solos de acordo com requisitos específicos: uso industrial, escritórios, comercial, residencial, infra-estruturas, infra-estruturas @ (formação, investigação, empresa). Isto, no âmbito de um novo conceito de qualificação urbanística do espaço.

O projecto contempla, assim, num horizonte de 15/20 anos, a transformação de 1.159.626 m² de solo industrial, com um potencial total de novas instalações de 3.500.000 m²; o reconhecimento das 4.614 habitações que existem actualmente em solo industrial; uma oferta de instalações para 10 nova actividade económica de 3.200.000 m²; uma nova oferta de habitações, em regime de protecção, de 4.000; um aumento das zonas verdes de 75.000 m²; a disponibilização de 145.000 m² de solo para desenvolver novas infra-estruturas; e a criação de 100.000 a 130.000 postos de trabalho, aproximadamente. Apesar de três realidades distintas do ponto de vista político, económico, social e cultural, os projectos apresentados detêm traços comuns que importa destacar como forma de desenhar um conjunto de “melhores práticas”.

Neste sentido, conjugam áreas comerciais, residenciais, empresariais, de lazer e de investigação e desenvolvimento. São projectos de longo prazo – 15/20 anos – que exigem um planeamento estratégico e participado da comunidade e um grande empenho de todos os actores envolvidos de forma a garantir a respectiva sustentabilidade. – CPS/PSD-Ovar



Notícias de Sintra

Biblioteca na Praia e ateliers de sensibilização ambiental

Livros, revistas, jornais, jogos e actividades de animação, mas também documentos em suporte digital e acesso à Internet. Tudo isto à mão de semear, todas as tardes, de segunda a sexta-feira na Praia Grande.

A Câmara Municipal de Sintra, através da Divisão de Bibliotecas Municipais, está a desenvolver este Verão um projecto denominado “De férias com a Biblioteca – Livros com Areia!”, no âmbito da promoção do livro e da leitura, aliado às novas tecnologias de informação.

Este projecto visa combater a info-exclusão. Assim, nos meses de Julho

e Agosto estão à disposição dos veraneantes da Praia Grande espaços que convidam à leitura e ao lazer.

Também este Verão, as praias do concelho de Sintra voltam a receber ateliers de sensibilização ambiental, destinados a ensinar os mais novos, e respectivas famílias, a preservar recursos tão importantes como a água. S. Julião, Magoito, Adraga, Grande, Pequena e das Maças são os palcos privilegiados, de 6 de Julho a 31 de Agosto.

Sensibilizar é a palavra de ordem e o objectivo primordial desta iniciativa, que decorrerá das 10H00



às 13H00 e das 16H00 às 18H00. Por isso, cada praia irá receber os seguintes ateliers: “Maré Cheia de Vida”, “Energia Renovável”, “Ambiente Saudável”, “Água e ecologia” e “Separar para Reciclar”. O objectivo é convidar crianças e adultos a saber mais, através da experimentação e observação.

A dinamização de ateliers de sensibilização ambiental nas praias é um contributo para uma maturidade ecológica e é, também, um convite

para participar, aproveitando uma ida à praia num desses dias ou programando-a para o efeito e, assim, poder usufruir desta oportunidade.

Este ano irão decorrer 52 ateliers, o dobro daqueles que tiveram lugar o ano passado. Depois do sucesso da edição de 2006, ano em que participaram 1350 crianças e adultos, a autarquia de Sintra decidiu dobrar a oferta.

– Gab. Imp. CM Sintra



Notícias do Porto

Visita de Deputados do PSD eleitos pelo círculo local, ao Concelho de Felgueiras

Uma comitiva composta por 5 deputados do PSD visitou no dia 2 de Julho o Concelho de Felgueiras, deslocação esta que fecha o ciclo de visitas a 16 concelhos do Distrito do Porto, à excepção apenas de Baião e Penafiel.

A situação apresentada pelos dirigentes sociais-democratas locais, que acompanharam a comitiva parlamentar durante toda a tarde, é extremamente preocupante, reflectindo um concelho sem qualquer dinamismo, cuja gestão municipal tem sido manietada pelos processos público em que a gestão

camarária felgueirense está envolvida. Nas palavras do Deputado Agostinho Branquinho, «este concelho tem sido alvo de um total abandono do poder central. Nos últimos sete anos, não veio aqui nenhum governante.»

Na verdade, foram apresentados três casos paradigmáticos desta realidade. Em primeiro lugar, existe uma Zona de Acolhimento Empresarial, em Várzea, que mesmo dotada de condições acima da média nacional, se encontra actualmente ao abandono, inutilizando os cinco milhões de euros que nesse local

foram investido.

Por outro lado, não se pode deixar de evidenciar a problemática das PME's no Concelho, especialmente no Sector do Calçado, que não tem merecido nenhuma consideração por parte do Poder Central, o que motiva sérias preocupações por parte dos industriais locais face ao futuro deste sector fundamental na economia nacional.

Por fim, tratando-se do Concelho de Felgueiras, não pudemos deixar de notar os graves ataques que a cidade da Lixa tem sofrido, no que se refere

à manutenção dos vários serviços públicos que aí funcionam, nomeadamente a Repartição de Finanças e de Segurança Social que, mesmo servindo populações de concelhos vizinhos, como Amarante, Lousada ou Celorico, enfrentam o encerramento.

É, pois, notório o desinteresse dos governantes locais e nacionais por Felgueiras, assim como a falta de capacidade reivindicativa da autarquia local que conduziram esta região à letargia em que actualmente se encontra. - CPD PSD/Porto

Local Cascais

O Campeonato do Mundo de Vela transforma a cidade num dos maiores palcos da Terra

A Fortaleza de Cascais, um dos monumentos mais antigos do concelho, foi o principal “palco” do programa de eventos oficiais dos Mundiais de Classes Olímpicas de Vela de Cascais2007.

A partir de sexta-feira passada e até ao dia 13, aquele espaço podia ser visitado, entre as 11:00 e as 02:00 horas.

A Sailing Square (Praça Principal) foi um dos seus pontos principais, concentrando os “stands” dos patrocinadores e parceiros dos campeonatos.

De dia, a esplanada destina-se aos velejadores, que tiveram ao seu dispor um ecrã gigante onde puderam acompanhar as últimas informações sobre a prova, enquanto, de noite, funcionou como espaço de animação para o público, com dj's e vj's.

A área VIP, uma tenda com dois andares, foi o local por excelência dos eventos sociais, estando nela também situada o ISAF - Lounge da Federação Internacional de Vela.

A sexta jornada dos Mundiais ISAF de 2007 foi um dia para recordar em Cascais, com milhares de pessoas com os olhos postos no mar a assistirem aos “duelos” de frotas de oito centenas de barcos das classes olímpicas internacionais.

A pacata cidade turística dos arredores de Lisboa registou um enorme afluxo de pessoas, com os passeios, as praias e mesmo a marina apinhados de gente interessada em ver e saber mais sobre vela.

Para muitos, parece Cascais do “pino” do Verão, com as temperaturas escaldantes de Agosto,



mas também muita gente simplesmente interessada em olhar para o mar e para os barcos.

“É impressionante. Tive a oportunidade de vir do Guincho até aqui à marina e são milhares de pessoas de binóculos ou apenas a olhar para o mar. Não esperava outra coisa, dado o interesse que a prova tem despertado no último mês. Portugal gosta muito do mar”, afirmou Vasco Lynce, presidente da sociedade Portugal Vela2007, organizadora do

evento.

O velejador português João Rodrigues (RS.X) também não escondeu a sua satisfação pela afluência de público, aproveitando para sublinhar: “com uma costa destas, a vela tem mesmo de ser um desporto nacional. É apenas uma questão de lógica que se aposte nesta modalidade”.

O madeirense, que apenas sente “pena” por os Mundiais não acontecerem na sua região, fez ainda questão em sublinhar: “espero que este evento não acabe aqui e dê frutos no futuro. Uns campeonatos desta relevância podem significar um marco na história da vela em Portugal”.

«À Vela», exposição de pintura de Vasco Bobone

“À Vela” é o título da exposição de pintura da autoria de Vasco Bobone, que a Câmara Municipal de Cascais inaugurou nodia 29 de Junho, na Casa de Santa Maria.

A mostra era composta por 30 aguarelas representativas de veleiros, pertencentes a famílias que participaram nas mais importantes

regatas de Cascais, entre 1860 e 1905.

O Aura (1883) de D. Carlos I; o Surpreza (1873), do Duque de Palmela; o Vivandiere (1901), de Henrique Seixas e Alfredo O'Neill; o Irene (1872), do Barão de Fonte Bela; e o Sirius (séc. XIX), de D. Luís I, são alguns dos veleiros que inspiraram as aguarelas de Vasco Bobone.

Remonta a Outubro de 1893 a realização em Cascais da primeira Corinthian Race disputada em Portugal, prova em que os iates foram tripulados por ilustres amadores, de entre os quais importa destacar o rei D. Carlos. O ano de 1898 marcou o início de um dos períodos mais brilhantes da história da vela em Portugal e em Cascais, quando aí se disputou pela primeira vez uma das mais importantes regatas internacionais: a Taça Vasco da Gama. Sucederam-se outras provas, também célebres, caso da Regata Leixões-Cascais, em 1902, a primeira competição oceânica realizada no nosso país.

A exposição “À Vela” integra as iniciativas de índole cultural que visam assinalar os Campeonatos do Mundo de Vela e as comemorações do Centenário da Federação





Internacional de Vela, que decorrem de 28 de Junho a 13 de Julho em Cascais.

Vasco d'Orey Bobone

Licenciado em Arquitectura, estudou Pintura e História de Arte em Itália. Já apresentou exposições no Palácio da Bolsa, na Mãe de Água das Amoreiras e na Galeria Janela Verde. Destaque para a exposição que esteve patente em 2002, na Estação Elevatória dos Barbadinhos do Museu da Água, sobre temas paisagísticos, interiores, naturezas mortas, marinhas e vistas urbanas. Publicou três livros de aguarelas: Saudades de Lisboa, ilustrando 80 monumentos da Cidade, prefaciado por Joaquim Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História e por José de Monterroso Teixeira, Director Municipal de Cultura de Lisboa; Espírito do Porto, com 120 aspectos da Cidade, prefaciado por Agustina Bessa-Luís e Vasco Graça Moura; Caderno de Todos os Barcos do Tejo, com vinte embarcações do rio Tejo, do século XVIII e descrição de suas utilidades.

A sua obra faz parte de colecções nacionais e internacionais.

XXI Feira do Livro

O Jardim Visconde da Luz recebe entre os dias 13 e 29 de Julho, a XXI edição da Feira do Livro de Cascais, iniciativa que este ano reúne cerca de 30 editoras e livrarias.

Tendo como objectivo promover o livro e incentivar o gosto pela leitura, a Feira do Livro de Cascais proporciona aos visitantes acesso a uma grande diversidade de publicações de todos os géneros e épocas. A par de editoras e livrarias conhecidos que anualmente marcam presença, a Câmara Municipal dispõe de um stand para mostra e venda das publicações municipais, incluindo as mais recentes editadas por ocasião dos Campeonatos do Mundo de Vela Olímpica.

No dia 21 de Julho terá lugar uma sessão de autógrafos com José d'Encarnação, autor do livro Recantos de Cascais, no pavilhão da Câmara Municipal de Cascais, entre



as 17H00 e as 19H00.

Marcam presença na XXI Feira do livro de Cascais:

Publicações D. Quixote, Editorial Notícias, Difel, Martinho-Alfarrabista, Domingos Castro – Representações, Editorial Presença, Terramar / Relógio D' Água, Editorial Verbo, Mercado Dos Livros, Dislivro, Publicações Europa-América, Sá Da Costa, Fnac, Câmara Municipal De Cascais, Editorial Estampa, Edições Saida De Emergência, Cavallo De Ferro, Instituto Piaget, Asa Editores, Sodilivros, Gradiva, Casa Braga, Muncultura, Fernando Castro – Representações, Arquimedes, Joaquim Rodrigues – Representações, Miguel Alfarrabista, Editorial Pergaminho.

Parque Palmela: mais um êxito do «Estoril Jazz»

A XXVI edição do Estoril Jazz, o mais antigo festival de Jazz em Portugal, abriu portas no dia 6 no Parque Palmela, com dois contra-baixistas de referência na cena

jazzística internacional, apresentando a 6 de Julho o Quarteto de Buster Williams, logo seguido pelo Quinteto de Dave Holland (7 Julho).

O Festival apresentou este ano um dos mais diversificados e importantes elencos de sempre, conciliando tradição e modernidade. Os destaques vão para a estreia em Portugal do aclamado e premiado cantor Kurt Elling e para as exibições de Dave Holland, do San Francisco Jazz Collective e de Joshua Redman.

O primeiro fim-de-semana do Estoril Jazz terminou com um grupo de referência, o San Francisco Jazz Collective, formação que se estreia em Lisboa e onde milita Joe Lovano e alguns dos mais importantes jazzmen da nova geração, nomeadamente Andre Hayward, Miguel Zenon, Dave Douglas, Stefon Harris, Renee Rosnes, Matt Penman e Eric Harland. O último fim-de-semana do Estoril Jazz iniciou-se com trio de Joshua Redman (13 de Julho) e prosseguiu no dia seguinte com um duplo concerto protagonizado pelo Quinteto de Laurent Filipe e pelo quarteto da voz revelação que é Kurt Elling, encerrando a 15 de Julho com o clássico JATP – Jazz At Palmela Park/ Jazz At the Philharmonic Revisited, apresentando um octeto concebido especificamente para o Estoril Jazz e que actua no espírito de jam-session, reunindo com músicos de diferentes projectos. Este ano os holofotes incidem em Wycliffe Gordon, Terell Stafford, Jesse Davis, Grant Stewart, Roy McCurdy e o trio de Cyrus Chestnut, com o convidado Art Themen.

Todos os concertos decorreram no Auditório Fernando Lopes Graça, no Paque Palmela, Estoril, às 19h00, para maior comodidade do público relativamente às condições atmosféricas, à excepção dos que tiveram lugar nas sextas feiras, 6 e 13

de Julho, com início às 21h30. No âmbito do Estoril Jazz decorram ainda dois concertos extra: a 10 de Julho, o Casino Estoril – Du Arte Lounge acolhe, pelas 22H30, o Quinteto de Laurent Filipe e no Hot Clube actua, nos dias 11 e 12 de Julho, pelas 23h00, o saxofonista Art Themen com o Trio de Filipe Melo.

Vulcões napolitanos no Centro Cultural

Entre os dias 7 de Julho e 9 de Setembro, diversos óleos, aguarelas e guaches dos séculos XVIII e XIX, pertencentes à colecção da Fundação Duarte Pinto Coelho (Madrid), vão estar em exposição no Centro Cultural de Cascais. Pela sua temática também marítima, esta mostra enquadra-se no âmbito da realização em Cascais dos Campeonatos do Mundo de Vela.

Colocado ao dispor do público por iniciativa da Fundação D. Luís, este valioso conjunto de óleos, aguarelas e guaches permite abordar o trabalho quase obsessivo de múltiplos artistas, muitos deles anónimos, que se interessaram pelo Vesúvio, o vulcão napolitano que há dois mil anos destruiu a cidade de Pompeia e que de então para cá tem conhecido períodos intermitentes de actividade.

A relação de Nápoles com o mar é, aliás, valorizada em algumas dessas obras, as quais, num alargado quadro de registos estéticos em que predomina uma visão romântica ou pós-romântica dos períodos críticos vividos “debaixo do vulcão”, exprimem essa contiguidade com força e originalidade.

A exposição abriu ao público dia 6 de Julho pelas 21H30 e fica patente até 9 de Setembro de terça a sexta-feira, das 10 às 18 horas, e aos sábados, domingos e feriados das 10 às 19 horas. A entrada é livre. – **Gab Imp. CMC**



PSD denuncia indecisões continuadas sobre o Hospital de Tondela

O líder distrital de Viseu do PSD, José Cesário, acusou hoje o ministro da Saúde de andar em “permanente ziguezague” com as decisões sobre a criação de um centro hospitalar que integre o hospital de Tondela.

“Têm-se anunciado decisões que rapidamente são contrariadas, há um permanente ziguezague de umas decisões para outras”, lamentou José Cesário, em declarações aos jornalistas, no final de uma visita ao hospital de Tondela, na qual participaram dirigentes e deputados parlamentares do PSD.

José Cesário explicou que a visita de hoje surgiu na sequência de reuniões anteriores “com responsáveis políticos, personalidades da comunidade local e da região” face à necessidade de “definir com clareza” o futuro dos hospitais de Tondela e de Viseu que, segundo o ministro Correia de Campos, deverão vir a juntar-se num centro hospitalar.

“Mas a verdade é que nós constatamos que, pela parte do actual Ministério da Saúde, existe a mais absoluta indefinição em relação ao futuro destas unidades”, afirmou, considerando que isso “não é bom para este tipo de instituições, essenciais para a qualidade de vida das populações”.

Em meados de Junho, Correia de Campos disse aos jornalistas que pretende avançar para a criação de um centro hospitalar que associe os hospitais de Viseu e Tondela, um processo que “passará provavelmente por mais do que uma etapa de transição”.

“O que nos preocupa é que o senhor ministro tenha, por várias vezes, afirmado conceitos diferentes para o hipotético centro hospitalar de Viseu com Tondela: hoje com Seia amanhã sem Seia, hoje com conselho de administração, com administradores localizados em todas as suas unidades, amanhã já se admitindo que afinal pode não ser bem assim”, disse José Cesário.

O dirigente social-democrata mostrou-se também preocupado com o facto de o conselho de administração já ter terminado o seu mandato “há mais de três meses”.

A comissão do conselho de administração do hospital de Tondela, presidido por Ana Abrantes, terminou a 08 de Março, tendo este ficado durante 90 dias em gestão, um prazo que também chegou ao fim, há quase um mês.

José Cesário disse aos jornalistas que não foi possível apurar, nos contactos realizados até hoje, “qualquer explicação para este atraso”.

“Já deveria ter sido substituído e não foi. Isto é mais uma prova desta indefinição”, frisou, garantindo que o PSD e os seus deputados vão continuar a “pressionar o Ministério da Saúde” para que haja uma definição.

À semelhança do que tinha já feito a Concelhia de Tondela do PSD, a Distrital exige também que sejam divulgadas as conclusões de “um estudo pormenorizado que, de alguma forma, apontaria pistas em termos organizativos para este centro hospitalar”.

“Até hoje esse estudo não foi divulgado e foi elaborado, sabêmo-lo”, assegurou, acrescentando que tal facto os leva a “aumentar a perplexidade, a estranheza” face a todo este processo.

José Cesário lamentou que, sendo Correia de Campos natural de Viseu e



deslocando-se com frequência à região, nunca se tenha “dignado, enquanto ministro, a visitar hospital de Tondela”.

O conselho de administração do hospital de Tondela optou por não fazer declarações aos jornalistas no final da visita.

Depois de Correia de Campos ter anunciado que pretendia avançar para a criação do centro hospitalar, o presidente da Câmara de Tondela, Carlos Marta (PSD), em declarações à Agência Lusa, acusou o governante de pretender fazer a “colonização” desta unidade, deixando-a na dependência do conselho de administração do hospital de Viseu.

– Fontes: DN, TSF, Lusa, PL

Notícias de Évora

Câmara discrimina pessoas nos equipamentos públicos

Equipamentos públicos sem acesso para pessoas fisicamente debilitadas e insuficiente eliminação de barreiras arquitectónicas, constituem factores de discriminação entre a população de Évora.

O PSD, empenhado na criação de uma cidade com verdadeira igualdade de oportunidades, tem nos últimos dois anos apresentado propostas de reforço das irrisórias verbas inscritas no orçamento da Câmara Municipal para a eliminação de barreiras arquitectónicas no concelho, propósito em que não tem sido acompanhado pela gestão socialista.

Ao arrepio dos mais elementares valores de respeito pela diferença, a renovada Praça de Touros de Évora, não dispõe de acesso para pessoas fisicamente debilitadas às bancadas, tendo vários espectadores nessas circunstâncias sido impedidos de assistir aos espectáculos tauromáquicos de S. João e S. Pedro.

Financiada em cerca de 60% por fundos da União Europeia, a que se junta a contrapartida nacional de financiamento público e apesar de ser a Câmara Municipal o órgão



responsável pela garantia de igualdade de oportunidades no acesso aos locais destinados aos espectáculos, através do mecanismo do licenciamento municipal, é este órgão o primeiro a não cumprir e a não dar o exemplo.

Nem pelo facto de ser 2007 o Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, a Câmara de Évora desperta a sua sensibilidade para o acesso de pessoas fisicamente

debilitadas aos vários edifícios públicos, nomeadamente municipais. A título de exemplo, veja-se como a Assembleia Municipal extraordinária de Junho, dedicada a esta temática, ocorreu no Palácio de D. Manuel, outro edifício público que não garante a todos igual oportunidade no acesso.

Urge tomar medidas, ao nível municipal, para garantir uma verdadeira igualdade de oportunidades para todos no que toca aos acessos físicos a serviços públicos, bem como aos equipamentos colectivos, com vista a aumentar o nível de solidariedade da cidade e a qualidade de vida de todos os seus cidadãos, sem discriminação.

O PSD espera que a gestão socialista da Câmara de Évora não continue a obstaculizar as propostas de reforço orçamental neste e noutros domínios vitais, dos eleitos no executivo municipal impedindo a melhoria sustentada da cidade, enquanto desbarata montantes superiores em festarolas de pré-campanha eleitoral. - CPS/PSD-Évora

Jovens sociais-democratas açorianos assinalam os 33 anos da JSD

A JSD comemorou no dia 6 de Julho, o seu 33.º aniversário, que foi assinalado pelos jovens sociais-democratas açorianos na ilha de São Jorge.

“São Jorge foi o local escolhido por ser uma das ilhas dos Açores em que existem mais militantes da JSD, e onde a social-democracia está mais enraizada. A maior parte da juventude dos concelhos de Velas e Calheta revê-se na nossa estrutura, e são os militantes da JSD que fazem desta a maior da juventude partidária nos Açores”, afirmou o secretário-geral da JSD/Açores, Rómulo Ávila.

A organização de juventude do PSD/Açores vai comemorar a data promovendo um jantar com os militantes e dirigentes da ilha de São Jorge. No evento marcará presença, em representação da JSD/Açores, o seu secretário-geral, que irá incitar-se dos “problemas e das principais lutas da juventude daquela ilha”.

Por outro lado, Rómulo Ávila referiu que “a juventude continua a ser o grande trunfo das nossas nove ilhas, onde o futuro passa pelo compromisso com a juventude e por um adequado aproveitamento das suas qualidades muito particulares”. “A JSD vai continuar a saber ouvir a juventude, pois entendemos que, a bem da credibilidade política, é importante saber o que pensam os jovens açorianos”, concluiu Rómulo Ávila.



Autarcas da JSD Amadora conseguiram a criação de um conjunto de critérios ambientais para a aquisição de viaturas nas suas autarquias

A JSD Amadora através dos seus autarcas defendeu a criação de um conjunto de critérios ambientais que norteiem a aquisição de viaturas por parte da Câmara Municipal e das Juntas de Freguesia.

Os documentos levados a votação nas diversas instâncias autárquicas defendem que qualquer compra de viaturas, independentemente do seu tamanho e uso devem estar sujeitas a um critério de protecção ambiental alicerçado em três itens:

A utilização de energias alternativas

O consumo energético

O Impacto dos gases na qualidade do ar



Desta forma, tanto a Câmara Municipal, como as Juntas de Freguesia que aprovaram esta medida proposta por autarcas da JSD e que contou com o apoio dos autarcas do PSD nos respectivos órgãos, dão um exemplo público de respeito pela causa ambiental, contribuindo assim para a melhoria

da qualidade de vida das populações.

Não é preciso esperar sempre por legislação da Administração Central, quando alguns passos podem ser dados por todos nós, enquanto cidadãos, mas também como autarcas que têm uma voz activa na vida da sua Cidade.

É imperioso colocar esta temática na agenda política dos municípios, pois o ambiente não pode ser apenas mais uma moda, mas sim uma responsabilidade que também depende do nosso esforço individual e não apenas de um Governo, cada vez mais distante e autista.- **JSD Amadora**



NÚCLEO DE PEROSINHO

Ao abrigo das disposições estatutárias e regulamentares, convocam-se os militantes do Núcleo de Perosinho – V. N. de Gaia, do PSD, para reunirem em Assembleia Eleitoral no dia 11 de Agosto de 2007, no período compreendido entre as 21h00 e as 23h00, no Salão Nobre da Junta de Freguesia, sita na Rua S. Salvador – Perosinho – V. N. de Gaia, com a seguinte

Ordem de Trabalho

Ponto único: Eleição da Comissão Política do Núcleo da Freguesia de Perosinho.

Notas: As listas candidatas, conforme dispõe o regulamento eleitoral, deverão ser entregues na Sede Concelhia de Vila Nova de Gaia, das 22h00 às 24h00 do terceiro dia anterior ao acto eleitoral. Só poderão ser eleitos e eleger, os militantes que tenham as quotas em dia e que tenham pelo menos 6 meses de efectividade de filiação.

São João da Madeira

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de S. João da Madeira para uma reunião ordinária no dia 19 de Julho de 2007 (quinta-feira), pelas 21.30 horas, na sua Sede, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Análise da situação política.

Valongo

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Valongo, para reunir no próximo dia 27 de Julho 2007 (sexta-feira), pelas 21:30h, na sede concelhia, sita na Rua Rodrigues de Freitas, Ermesinde com a seguinte

Ordem de Trabalhos

1. Informações
2. Análise da Situação Política



CONSELHO DISTRITAL DE ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se o Conselho Distrital da JSD de Évora, a reunir no dia 21 de Julho de 2007, pelas 16 horas, na Sede Distrital da JSD/PSD em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 – Informações;
- 2 – Análise da Situação Política;
- 3 – Apresentação de plano trimestral de actividades;
- 4 – Outros assuntos.

O Presidente do Conselho Distrital da JSD de Évora
(Luís Tirapicos Nunes)

SETÚBAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário da Secção de Setúbal para reunir no dia 22 de Julho de 2007, pelas 16 horas, na Sede do PSD, sita na Rua Rodrigues de Freitas, n.º 23 – 1.º Esq. com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1 - Informações;
- 2 – Aprovação do relatório de contas de 2006;
- 3 – Aprovação do relatório de actividades e orçamento de 2007/2008;

4 – Análise da situação política.
O Presidente da Mesa de Secção
(Nuno Carvalho)